

# SESSÕES DO PLENÁRIO

**7ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 9 de março de 2009.**

**PRESIDENTE: DEP. ROGÉRIO ANDRADE “1º VICE-PRESIDENTE”**

**1º SECRETÁRIO: DEP. GETÚLIO UBIRATAN *AD HOC***

**2º SECRETÁRIO: DEP. JOÃO C. BACELAR *AD HOC***

À hora regimental verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônia Pedrosa, Arthur Maia, Capitão Tadeu, Carlos Ubaldino, Clóvis Ferraz, Edson Pimenta, Eliedson Ferreira, Elmar Nascimento, Emério Resedá, Euclides Fernandes, Ferreira Ottomar, Gaban, Getúlio Ubiratan, Gilberto Brito, Gildásio Penedo Filho, Heraldo Rocha, Isaac Cunha, Ivo de Assis, J. Carlos, Javier Alfaya, João Bonfim, João Carlos Bacelar, Joélcio Martins, José Nunes, Júnior Magalhães, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Argôlo, Luiz Augusto, Luiz de Deus, Marcelo Nilo, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Misael Neto, Nelson Leal, Neusa Cadore, Paulo Azi, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Alcântara, Prof. Valdeci, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Sandro Régis, Sérgio Passos, Virgínia Hagge, Waldenor Pereira, Yulo Oiticica e Zé Neto. (57)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- A Secretaria da Mesa informa que há número legal.

Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Pela ordem o nobre deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, peço a V.Ex<sup>a</sup> que solicite ao Líder da Maioria em exercício, deputado Álvaro Gomes, que indique um deputado da Bancada do governo para recompor a proporcionalidade na Mesa Diretora.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- V.Ex<sup>a</sup> será atendido.

Nobre Líder, deputado Álvaro Gomes, em observância ao critério da

proporcionalidade, gostaria de que V.Ex<sup>a</sup> indicasse um membro da Bancada do governo para a Mesa.

O Sr. Álvaro Gomes:- Nobre presidente, Rogério Andrade, particularmente, entendo que a proporcionalidade da Mesa é um direito. Naturalmente que a Bancada da Maioria tem direito a 2 parlamentares, e a Bancada da Minoria, a um. Portanto o correto, realmente, é que na Mesa existam 2 parlamentares da Maioria, não tenho dúvida sobre isso. Mas solicito a V.Ex<sup>a</sup> que dê continuidade à presente sessão, porque algumas vezes já tivemos situações parecidas para os dois lados, seja em relação à Minoria ou à Maioria. Em algumas situações, já tivemos 3 deputados da Maioria na Mesa e em outras situações, como esta, por exemplo, a Minoria está em maioria.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Nobre deputado Álvaro Gomes, V.Ex<sup>a</sup>...

O Sr. Álvaro Gomes:- Então, solicito a V.Ex<sup>a</sup> que dê continuidade à presente sessão até que possamos viabilizar a manutenção da proporcionalidade na Mesa, porque, por enquanto, os parlamentares que estão aqui, neste momento, não aceitam participar da Mesa e não posso obrigar qualquer parlamentar a ir fazer isso. Até porque o correto é que os membros efetivos da Mesa estejam presentes.

Portanto, é apenas uma sugestão, que V.Ex<sup>a</sup>, que é um presidente sensato, dê continuidade à sessão até que possamos recompor a Mesa, colocando 2 parlamentares da Base governista.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Nobre deputado Álvaro Gomes, gostaria muito de atender a sua questão de ordem. Todavia, há uma questão de ordem anterior, formulada pelo deputado Elmar Nascimento, que é regimental. Então, peço a V.Ex<sup>a</sup> que... Caso V.Ex<sup>a</sup> se entenda com a Bancada da Minoria, de nossa parte não há qualquer problema, mas existe uma questão de ordem formulada anteriormente pelo deputado Elmar, que é regimental, em nosso entendimento, e por conta disso a Presidência precisa cumpri-la.

O Sr. Álvaro Gomes:- Quero chamar a atenção de V.Ex<sup>a</sup> e também apelar para o bom senso porque não tenho o poder de obrigar um parlamentar, ainda mais um parlamentar que não é...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Sendo assim, nobre deputado, suspenderei a sessão por 10 minutos para que V.Ex<sup>a</sup> providencie um membro...

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Questão de ordem do nobre deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, já que V.Ex<sup>a</sup> pretende suspender a sessão, solicito uma verificação de quórum, pois, pelo menos, teremos 20 minutos para falar. Então, solicito uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão, já alertando que é única e exclusivamente para que o Líder do governo em exercício indique alguém para compor a Mesa. Não quero que a sessão seja derrubada, o momento não é para derrubá-la, o momento é para debatermos os sérios problemas que estão ocorrendo em nosso Estado, na nossa Bahia com relação à segurança pública.

Eu tenho que falar hoje, não quero que a sessão caia. Então, peço uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão, solicitando que V.Ex<sup>a</sup> acione o relógio. E já me inscrevo para falar nos 20 minutos.

O Sr. Adolfo Menezes:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Questão de ordem do nobre deputado Adolfo Menezes.

O Sr. Adolfo Menezes:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, esse assunto já foi comentado aqui diversas vezes, principalmente pelo deputado Gilberto. É um absurdo que tenhamos tido uma eleição há um mês ou um mês e pouco, com tanta briga para compor a Mesa, e ela nunca esteja completa. É impossível a Mesa estar completa! Hoje, pelo que vemos, na Mesa só tem V.Ex<sup>a</sup>, que preside esta sessão, deputado Rogério Andrade, como vice-presidente da Casa. Os secretários ou outros cargos, ninguém está presente aqui ao Plenário para compô-la. Tentamos fazer um favor para que a sessão não seja suspensa.

É um absurdo! Acredito que esta Assembleia tem de corrigir. Se o deputado faz parte da Mesa e uma vez ou outra, no caso de uma viagem ou uma doença, tenha um substituto, tudo bem, até porque existem os suplentes. Agora, não pode continuar desta forma. Os membros da Mesa sempre ausentes, precisando de outros deputados que não a compõem a substituir os titulares para a sessão continuar. É um absurdo! Não sou o primeiro deputado a falar deste tema. Vários outros já falaram do assunto, mas acaba continuando a mesma coisa, para não usar outros termos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Clóvis Ferraz:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Antes de passar a questão de ordem a V.Ex<sup>a</sup>, gostaria que a assessoria zerasse o painel, marcando 15 minutos, atendendo a questão de ordem do deputado Gaban.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Questão de ordem do nobre deputado Clóvis Ferraz.

O Sr. Clóvis Ferraz:- Sr. Presidente, não estamos entendendo os Srs. Deputados governistas, que têm diversos membros que pertencem ao governo, estão na Mesa Diretora e não assumem as suas posições. Se foram eleitos para a Mesa, deveriam estar aqui para compô-la regimentalmente.

No momento em que temos, como disse o deputado Gaban, diversos problemas, principalmente na área da Segurança, eu estava exatamente para fazer um pronunciamento, e vou fazê-lo, a respeito da falta de delegados em diversas cidades do interior do Estado. Já denunciemos isso outras vezes aqui, e as justificativas dadas pelo delegado-chefe e o delegado de polícia do interior não são compatíveis. Não entendemos principalmente aquela de que há cidades que não necessitam de delegados. Ora, isso é um absurdo! Todas as cidades necessitam, sim, de delegados. E todas elas devem ter a sua delegacia. Então não se justifica dizer que se uma cidade não tem comarca, não tem um delegado, isto é, já não tem o Poder Judiciário atuando e também acaba não tendo a segurança pública presente!

Logo, queremos daqui protestar veementemente contra essa atitude do

governo. Isso é um problema de gestão. Até entendemos as colocações do delegado-chefe, Dr. Joselito. Mas ele diz que o problema é com o governo. A Secretaria da Segurança Pública, por sua vez, joga a culpa na Secretaria da Administração, que deveria contratar os delegados já concursados que ainda não foram contratados. E o que ocorre é que muitas delegacias do interior da Bahia estão realmente fechadas. Mesmo em muitos daqueles municípios que só têm delegacias, são 406 dos 417, elas estão funcionando precariamente devido às suas péssimas condições de infraestrutura. Não têm às vezes os escrivães nem os agentes de polícia. Já não têm o delegado. Imaginem então os outros servidores, agentes, escrivães, etc.

Aí ficam as cidades, os municípios do interior à mercê sem nenhuma segurança! Já não bastam os graves problemas que afligem os cidadãos de toda a Bahia devido à falta de segurança?! O aparelho de segurança estadual não está funcionando em diversos aspectos, e ainda tem esse problema da falta de delegado nas delegacias.

E os deputados do governo não aparecem aqui para debater o problema. Precisamos debater esse problema de segurança, já se foram mais de dois anos de governo Jaques Wagner e nenhuma atitude foi tomada, é uma crise atrás da outra na área de segurança, são dois secretários passando pela Secretaria da Segurança Pública e, agora, existe a iminência de uma crise entre as Polícias Militar e Civil e os deputados de governo não querem que aconteçam as sessões para que possa ser debatido o problema.

Exigimos sim que aqueles que foram eleitos para compor a Mesa venham participar, estar presentes, como o deputado Rogério Andrade, que preside esta sessão, o 1º vice-presidente é que está presidindo a sessão, cumprindo o seu dever. Assim, esperamos que os outros apareçam para que possamos dar continuidade a esta sessão e debater os diversos problemas que afligem a população do Estado, principalmente na área da segurança.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Questão de ordem ao nobre deputado Álvaro Gomes. Espero que V.Ex<sup>a</sup> não se reporte ao mesmo tema, referente à proporcionalidade, V.Ex<sup>a</sup> já pediu questão de ordem para tratar desse assunto duas vezes.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, esse tempo de 15 minutos é utilizado exatamente para os parlamentares fazerem as suas colocações abertas, é um tempo em que, enquanto aguardamos o comparecimento dos parlamentares, há total liberdade para fazermos pronunciamentos.

Na realidade, quero fazer um comentário sobre os 400 anos do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, o mais antigo Tribunal de Justiça das Américas. Considero que essa é uma data comemorativa de grande importância para todos nós, na medida em que precisamos de instrumentos e instituições que venham a defender os interesses da sociedade.

O Tribunal de Justiça tem uma importância muito grande para buscar fazer justiça. Evidentemente, durante esses 400 anos, o Tribunal de Justiça passou por

diversos momentos, diversas fases e, hoje, eu diria que se encontra numa fase de fortalecimento. Acredito no estado democrático de direito, no fortalecimento das instituições e entendo que o fortalecimento do Tribunal de Justiça é importante para a sociedade, o fortalecimento da Assembléia Legislativa é importante para sociedade, esta é uma instituição importante e é preciso que os setores democráticos organizados busquem cada vez mais aperfeiçoar esses mecanismos do nosso Estado.

Portanto, quero aqui parabenizar o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, a sua presidente, Silvia Zarif, mulher e, portanto, parabenizar todos os servidores do tribunal, desembargadores, juízes pelos 400 anos do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

Quero dizer que essas comemorações dos 400 anos se dão também no momento das comemorações do 8 de março, Dia Internacional da Mulher, dia de luta da mulher, porque foi exatamente nessa data que as mulheres que reivindicavam direitos a melhores condições de trabalho, melhores condições salariais, foram queimadas numa fábrica nos Estados Unidos. Em função disso, é que se comemora o dia 8 de março como o Dia Internacional da Mulher, portanto, um dia de luta de todas as mulheres.

A questão da exploração e da opressão da mulher é algo histórico, mas é importante também ressaltar que o movimento de mulheres, o movimento em defesa dos direitos da mulher vem alcançando vitórias importantes.

Hoje nós temos a desembargadora Sílvia Zarif presidindo o Tribunal; temos a defensora pública geral, Teresa; temos a perspectiva da próxima presidente do Brasil, Dilma Rousseff; temos a possibilidade e o crescimento do movimento e das conquistas das mulheres no mercado de trabalho. Hoje as mulheres têm um nível mais elevado de educação, nós temos o avanço e o crescimento das conquistas das mulheres. Mas, ainda assim precisamos conquistar muito mais. É preciso que haja, cada vez mais, a luta em defesa dos direitos da mulher para que possamos ter igualdade para que homens e mulheres possam viver numa sociedade justa, numa sociedade sem opressão, numa sociedade onde todos possam viver com dignidade.

Portanto, quero aqui, para encerrar no tempo exato dos 05 minutos da minha questão de ordem, mais uma vez parabenizar os 400 anos do Tribunal de Justiça da Bahia e parabenizar todas as mulheres do Brasil e do mundo pelo dia internacional da mulher que foi ontem, 08 de março.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Pela ordem o nobre deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, como aqui já foi colocado, quero lamentar mais uma vez, pois fui comunicado pelo Líder da Minoria, deputado Heraldo Rocha, na sexta-feira passada, que ele havia encaminhado todos os nomes para composição das comissões técnicas, mesmo não concordando com as comissões técnicas que foram destinadas à Minoria nesta Casa, tema este que será abordado num tempo mais longo. Vou voltar a esse tema porque acho que se quebrou uma tradição aqui na Casa, que era a Comissão de Segurança Pública e sobretudo Direitos Humanos ficar sempre com a Minoria, lamentavelmente. Mesmo tendo sido a comissão que mais funcionou

nesses dois anos, o cuidado que se teve nessa comissão de não partidarizar as ações de segurança pública, foi retirada da Minoria, mas vou voltar a esse tema.

E lamentando, Sr. Presidente, que mesmo tendo sido comunicado pelo Líder da Minoria, deputado Heraldo Rocha, de que já havia encaminhado os nomes, imaginei eu que já tivesse publicado e que hoje já começaria a instalar as comissões. Para quê? Para que a Casa começasse a trabalhar, porque sem comissão técnica funcionando a Casa não funciona e a nenhum projeto pode-se dar andamento.

Nós instalamos, provisoriamente, três comissões, através de um acordo, para poder votar o aumento do servidor público do Estado. Mas aí ficou nesse acordo feito, instalaram-se provisoriamente três comissões e a Casa continua não funcionando.

Então, minha surpresa é de hoje não estar publicada as comissões, não sei o motivo, gostaria que V.Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, verificasse e informasse a esta Casa o motivo da não publicação. Se já houvesse a publicação, hoje estaríamos instalando as comissões e elas poderiam já funcionar, deputado João Bacelar, na quarta-feira, porque quando se instala a comissão, ela não tem efeito deliberativo; a única finalidade dela é estar instalada. Então, no mínimo, já perdemos mais uma semana. Temos projetos na ordem do dia, projetos tramitando na Casa, tanto de interesse do governo do Estado como do interesse do Judiciário, e nós aqui inertes, sem fazer nada nesta Casa.

Mas gostaria, também aproveitando esses 2,5 minutos que me sobram, Sr. Presidente, de alertar a Casa, e infelizmente a Comissão de Segurança Pública não foi instalada, para a manchete do *Jornal a Tarde* de hoje, que é preocupante, deputado Álvaro Gomes.

Acho que nós temos que ter muito cuidado, lamento a Comissão de Segurança não estar funcionando. Conheço a Polícia Militar, tenho muitos amigos na Polícia Militar como na Polícia Civil e essa, digamos, guerra entre os coronéis da Polícia Militar e a Polícia Civil, a meu ver, não existe, não interessa a ninguém. Imaginem o confronto agora, como está sendo colocado em manchete no *jornal A Tarde*, entre as duas polícias. Prejudicaria o Estado da Bahia, prejudicaria o cidadão de bem e esta Casa tem que tomar alguma providência. Nós não podemos ficar acompanhando manchete de jornal de um assunto gravíssimo como esse que trata o jornal *A Tarde*, sem que tomemos providências, Sr. Presidente. Nós vamos esperar o circo pegar fogo para depois instalar as comissões e acompanhar se tem ou não sentido o que estão colocando? Não pode.

No momento a Casa tem que instalar, no mínimo, a Comissão de Segurança Pública o mais rápido possível para que acompanhe essa movimentação, tanto da Polícia Militar como da Polícia Civil. Espero e tenho certeza absoluta, repito, pelo que eu conheço dos coronéis da Polícia Militar, pois me dou bem com a maioria deles, porque pela cúpula da Polícia Civil esse desentendimento não existe. O procedimento que fez com que levasse à prisão os 3 coronéis da Polícia Militar, pelo que eu tenho lido na Imprensa, já que a Comissão de Segurança Pública não está funcionando, as medidas administrativas estão sendo tomadas na medida certa, estão

sendo abertos inquéritos administrativos, as medidas administrativas estão sendo tomadas pela Polícia Militar e eu confio na Polícia Militar do nosso Estado. As providências, na área criminal, deverão ser tomadas pelo Ministério Público e pela Justiça do nosso Estado. Portanto não há motivo para confronto, porque os únicos prejudicados seríamos nós, cidadãos, mas, sobretudo, os mais carentes que precisam de segurança.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para concluir, deputado.

O Sr. Gaban:- Então, é mais do que urgente que a Comissão de Segurança Pública se instale para que possamos acompanhar, e tenho certeza absoluta que isso é apenas uma manchete e não dará andamento a um assunto grave dessa natureza.

E aproveito, Sr. Presidente, como disse anteriormente, para retirar a minha questão de ordem para verificação de quórum, por já existir número suficiente para que o Líder da Maioria indique alguém para fazer a recomposição da Mesa, como foi solicitado pelo deputado Elmar Nascimento. Desta forma, retiro a minha questão de ordem, porque o meu interesse, nesse momento, já que as comissões não estão trabalhando, é que nós comecemos a trabalhar no Plenário, logicamente, extremamente limitados, porque a competência de apurar é das comissões e não do Plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Haja vista que V.Ex<sup>a</sup> retirou a questão de ordem da verificação de quórum, solicito ao 2º Secretário que faça a leitura do Expediente. Solicito aos Srs. Deputados, por gentileza, que marquem as presenças no painel.

(O Sr. 2º Secretário Getúlio Ubiratan procede à leitura do Expediente.)

## **OFÍCIOS**

Da Dep. Fátima Nunes, comunicando sua ausência na sessão do dia 22/01/2009, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

Do Dep. Ronaldo Carletto, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 15 e 19/01/2009, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

## **PEQUENO EXPEDIENTE**

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Adolfo Menezes pelo tempo de até 5 minutos. (Pausa).

Na ausência do deputado Adolfo Menezes, com a palavra o nobre deputado Gilberto Brito pelo tempo de até 5 minutos.

**O Sr. GILBERTO BRITO:-** Sr. Presidente, deputado Rogério Andrade, eu tinha feito uma questão de ordem e fui preterido 3 vezes com relação à minha colocação. O que eu iria dizer na minha questão de ordem, direi neste momento.

Creio que seria mais conveniente e bem mais econômico para os cofres públicos se nós tivéssemos somente uma sessão plenária, na Assembléia, apenas uma vez por semana, porque se economizaria energia, cafezinho, água e muitas outras coisas.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

**O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):-** Com a palavra o deputado Álvaro Gomes pelo tempo de até 5 minutos.

**O Sr. ÁLVARO GOMES:-** Quero mais uma vez polemizar sobre essa questão da Mesa dizendo que a Bancada governista tem o direito de ter duas pessoas na direção da sessão, mas nenhum deputado é obrigado, nem o Líder pode obrigá-lo, a ocupar uma das cadeiras da Mesa. Até porque a obrigação, mesmo, é dos parlamentares que foram eleitos para tal tarefa; aí, sim, é obrigação.

Entretanto, como Líder ou Vice-Líder, não tenho nenhum poder para obrigar o deputado a ir para a Mesa. Posso até solicitar, sugerir, mas não tenho nenhum poder, repito, para exigir.

E agora, Sr. Presidente, gostaria de comentar os 400 anos do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. Sabemos muito bem da importância que tem a Justiça para qualquer sociedade. Evidentemente que as instituições podem ter suas falhas, seus problemas, seus defeitos, mas precisamos aperfeiçoá-las, melhorá-las para que sirvam cada vez mais a nossa sociedade.

Se analisarmos a história do Tribunal de Justiça da Bahia durante estes 400 anos, podemos constatar que é uma instituição importante para todos nós. Houve momentos em que o TJ-BA era totalmente vinculado ao Executivo. Mas vimos, a partir da eleição do desembargador Dutra Cintra, um outro Judiciário no nosso Estado, que mantém a sua independência, sua liberdade e, ao mesmo tempo, é harmônico com os outros Poderes.

É independente, mas funciona em harmonia com os Poderes Executivo e Legislativo. E é assim que deve ser, porque todos os Poderes são independentes, no entanto é necessário que haja uma boa relação entre eles para que possamos avançar rumo à construção de melhores condições de vida para a nossa população.

E agora, depois de fazer essa saudação ao Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, queira, ao mesmo tempo, saudar todas as mulheres de Salvador, da Bahia, do Brasil e do mundo, porque sou um deputado comunista e um internacionalista proletário.

Sou contra a opressão de gênero e a discriminação em qualquer lugar do mundo! Por isso, saúdo todas as mulheres. Elas vêm conquistando muitas vitórias no mundo inteiro, e aqui na Bahia vemos essas conquistas no próprio Tribunal de Justiça do Estado, pois temos uma mulher presidindo essa Corte. Temos também uma mulher

na presidência da Defensoria Pública, Dr<sup>a</sup> Tereza, que foi reconduzida ao cargo de Defensora Geral.

Temos, ainda, a perspectiva da eleição de uma mulher para o cargo máximo da Nação, Dilma Rousseff, que tem grandes possibilidades de ser a próxima presidente do Brasil.

As mulheres estão avançando! Precisam avançar no Parlamento brasileiro, tendo em vista que temos poucas parlamentares aqui nesta Casa e nas demais Assembleias estaduais, nas Câmaras Municipais e no Congresso Nacional, tanto Câmara dos Deputados quanto no Senado. Precisamos, portanto, aumentar a presença da mulher nas instâncias Legislativas. Mas destaquemos que elas alcançaram muitas vitórias, embora precisem avançar mais ainda.

Faço minha saudação especial às mulheres pelo 8 de março, Dia Internacional da Mulher, data comemorada ontem em todo o mundo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Presidente (Rogério Andrade):- Com a palavra o quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, nobre deputado João Bacelar, pelo tempo de 5 minutos.

**O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:-** Sr. Presidente, Srs. Deputados, deputado Heraldo Rocha, eu não quero, de maneira alguma, dizer... Estou avisando, Dr. Jorge Solla - o coronel da Secretaria de Saúde, que é a grave a situação da Secretaria da Saúde. Estamos caminhando para daqui a alguns dias acontecer na Secretaria de Saúde o que aconteceu na Polícia Militar.

Dr. Jorge Solla, muito cuidado! V.Ex<sup>a</sup> está lembrado e os deputados aqui estão lembrados também quando denunciei a folha secreta na Secretaria da Saúde. Essa folha secreta reconhecida pelos Tribunais de Contas dos Municípios tem tido desdobramentos que passarei a ler agora.

O Diário Oficial publicou um comunicado de convocação com mais de 11 páginas, deputado Sandro Régis, convidando médicos a assinarem termo de reconhecimento de débito, indenização e quitação de créditos pela prestação de serviços médicos realizados em setembro, outubro e novembro de 2007 e por aí vai.

O Sr. Dr. Jorge Solla está industrializando processos - é como se chama no jargão administrativo -, está montando processos na sua Secretaria para justificar os pagamentos efetuados.

Hoje não há, deputado Clóvis Ferraz, o mínimo de controle de pagamentos na área de pessoal da Secretaria da Saúde. Há médicos ganhando 40 mil reais por mês, outros 20 e tantos mil reais, deputado Pedro Alcântara. É um verdadeiro absurdo!

Mas V.Ex<sup>a</sup>, deputado Pedro Alcântara, precisaria ser do PCdoB, porque infelizmente essa montagem de processos de pagamento passa por um grande prócer do PCdoB e está incrustado na Secretaria da Saúde.

Estou aqui, mais uma vez, comprovando a folha secreta. São 11 páginas do Diário Oficial com nomes de médicos, sem o valor, numa montagem grosseira de processos para justificar ao Tribunal de Contas os desmandos existentes na Secretaria da Saúde.

O Dr. Alfredo, daqui a alguns dias, vem aqui para nos explicar, deputado Álvaro, por que a SM. Gravem - deputado Heraldo Rocha, V.Ex<sup>a</sup> que é Líder, grave esta sigla: SM. É a empresa que recebe 84 mil reais por mês para auditar as folhas de pagamento da Secretaria da Saúde.

Vamos produzir um novo coronel na Secretaria da Saúde. Daqui a alguns dias, os jornais vão anunciar, Dr. Jorge Solla, que há coronel dentro da Secretaria da Saúde devido ao descontrole na área de pessoal. O descontrole na Secretaria da Saúde chegou a tal ponto, e eu agora diariamente, Sr. Presidente, vou denunciar aqui, que diretores de hospitais recebem a ordem, mandem tantos mil reais, tirem da folha de pagamento tantos mil reais...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para concluir, deputado.

**O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:-** Concluindo, Sr. Presidente.

(...) para pagar a médicos apaniguados de altas autoridades encrustadas no gabinete do Dr. Jorge Solla.

Governador Jaques Wagner, se V.Ex<sup>a</sup> não quiser que ocorra na Secretaria da Saúde o que ocorreu na Polícia Militar, tome urgentes providências na área de pessoal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o quinto orador inscrito no Pequeno Expediente, nobre deputado Heraldo Rocha pelo tempo de 5 minutos.

**O Sr. HERALDO ROCHA:-** Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, teleouvintes da *TV Assembleia*, radioouvintes da Rádio Oposição, visitantes que nos dão a honra de suas presenças, em particular a vice-prefeita, minha querida “Si” do município de Itajuípe, acompanhada da presidente e do vice-presidente do nosso partido, é uma honra muito grande, minha querida vice-prefeita, tê-la aqui no dia de hoje. Município que tem servido de modelo de administração e que teve uma vitória esmagadora com mais de 6 mil votos de frente, graças ao trabalho dinâmico, competente, ético do prefeito Marcos Dantas.

Portanto, a presença de V.Ex<sup>a</sup> e da sua comitiva nos honra e nos envaidece por termos a oportunidade de defender esse município na Assembleia Legislativa. Muito obrigado pelas suas presenças.

Sr. Presidente, V.Ex<sup>a</sup>, 1º vice-presidente desta Casa e presidente de honra interino desta sessão, quero comunicar a V.Ex<sup>a</sup> que na quinta-feira passada enviamos à Secretaria da Mesa e protocolamos as indicações de todas as comissões temáticas da Casa. Deputado Gildásio Penedo, deputado João Carlos Bacelar, deputado Sandro Régis, deputado José Nunes, deputado Elmar Nascimento, deputado Clóvis Ferraz; Líder do Democratas, deputado Misael Neto; deputado Gaban. E deputados Pedro Alcântara, Álvaro Gomes, Sandro Regis e Ronaldo Carletto, enviamos a relação de todas as comissões desta Casa. E para nossa surpresa não foi publicada no Diário Oficial e já tínhamos cumprido as 48 horas acordadas entre eu e o Líder do Governo.

Estão brincando com o Regimento Interno desta Casa. Rasgue o Regimento, Sr. Presidente! Peço a V.Ex<sup>a</sup> que ainda na sessão de hoje recebamos a informação porque que não foi publicada a relação dos Srs. Deputados para as diversas comissões.

Segundo ponto, deputado Gildásio Penedo, quando V.Ex<sup>a</sup> na Liderança da Minoria acordou com o nosso apoio para constituirmos a votação no período do recesso parlamentar na convocação extraordinária, ficou acordado e eu aprendi na política que acordo feito é para ser cumprido. A Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública ficaria com a Bancada da Minoria. Não é nenhuma benesse, repito, não é nenhuma benesse. É respeitar a proporcionalidade. E o acordo não foi cumprido.

Procurei o Líder do governo. Fui ao seu gabinete para tratar do assunto. Não ia fazer isso, porque não é meu dever como Líder da Minoria, mas fui. Não o encontrei. Tomamos conhecimento pela imprensa de que a Oposição teria três comissões. Ora, é assim que querem? É assim que se vive em harmonia entre Oposição e Governo?

Portanto, meu caro presidente e vice-presidente eleito pela maioria dos votos desta Casa, deputado Rogério Andrade, aguardo que V.Ex<sup>a</sup> entre em contato com o Exm<sup>o</sup> Sr. Presidente para que tenhamos uma solução ainda hoje. Às 17h30min., teremos uma reunião da Bancada da Minoria para tratar de diversos assuntos. E já quero levar à nossa Bancada as informações necessárias que eu tenho certeza V.Ex<sup>a</sup> providenciará.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Nobre deputado Heraldo Rocha, eu gostaria de informar a V.Ex<sup>a</sup> que, na última semana, ao presidir os trabalhos da Mesa, o deputado Gaban fez uma questão de ordem solicitando a nossa interferência junto aos Líderes para que fosse solucionada, de logo, a questão da formação das comissões. Tentei, por diversas vezes, o celular do Líder da Maioria, o deputado Waldenor, inúmeras vezes, e apesar de ter deixado o recado em seu gabinete eu não consegui falar com ele.

Mas acabo de ser informado pela Secretaria da Mesa que, amanhã, no *Diário Oficial*, serão publicados os nomes e as formações das comissões. Espero que...

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Questão de ordem do nobre deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, a minha questão de ordem é na linha de raciocínio do deputado Heraldo Rocha. Eu, logicamente, fiz uma questão de ordem hoje solicitando a V.Ex<sup>a</sup> que informasse o porquê do motivo da não-publicação. Não conversei com o deputado Heraldo Rocha, que tinha chegado, porque ele havia me comunicado que a Comissão de Segurança Pública, que eu tinha interesse de presidir, não ficaria mais com a Minoria nesta Casa.

Repito, essa comissão foi a que mais funcionou na Casa, nunca se partidarizou nenhuma ação da comissão. Colaborou com a segurança pública do Estado. Mas,

enfim, veio ele me dizendo que outras comissões haviam sido dadas – três comissões –, até para não descumprir o que a Justiça determinou, já que a Casa não estava dando três comissões para a Minoria, e o Líder Waldenor havia assumido o compromisso de dar as três comissões, ele estaria indicando para três outras comissões.

E, neste momento em que ele me comunicou as comissões para as quais nós iríamos ou não, fiquei certo de que hoje... Aliás, eu já achava que na sexta deveria ter sido publicado. Não foi. Pensei que se publicaria no fim de semana para segunda-feira virmos aqui logo de manhã para verificar e para começar a instalar as comissões e nós começarmos a trabalhar. Ainda mais na hora em que eu vejo esta manchete principal do jornal *A Tarde* de hoje, que me preocupou mais ainda. Eu acho que a Casa tem de estar extremamente preocupada para o que está acontecendo nos bastidores da segurança pública. Vim aqui e nada.

Então, a minha solicitação a V.Ex<sup>a</sup> não é por que se vai publicar amanhã, mas é por que não se publicou o prazo regimental para a apresentação dos nomes que deverão compor as comissões técnicas da Casa pelos dois próximos anos. Foram os nomes encaminhados no fim da semana passada, na sexta-feira? Deveriam estar publicados hoje. Então, é para saber por que não publicou.

Vamos atrasar, Sr. Presidente. É mais uma semana de trabalhos nesta Casa. É isso que nós estamos discutindo agora, porque não publicou e vai publicar amanhã. Ótimo. As principais Comissões funcionam às terças-feiras, amanhã já não funcionam, não existe pauta a ser deliberada. Amanhã é dia, conforme determina o Regimento, única e exclusivamente de instalação das Comissões, e os assuntos que estão tramitando. O que faremos para acompanhar essa crise financeira que já levou a Britânia, que já fez com que a Dow Química demitisse 87 funcionários e a Azaléia desse férias coletivas à maioria dos seus 5000 empregados? Vamos ficar de braços cruzados esperando que os incentivos fiscais de outras empresas terminem e não acompanhemos as providencias que estão sendo tomadas pelo secretário da Fazenda para antecipar que essas empresas caiam fora e vão para Pernambuco e dizer que estão vencendo os incentivos fiscais? Mas os incentivos fiscais que a Assembléia aprovou no passado vamos renovar agora para que vocês mantenham o nível de emprego, o que está gerando um momento importantíssimo aqui?

V.Ex<sup>a</sup> vê, Sr. Presidente, que os *shopings* fizeram essa promoção que era de poucos dias, mas estão continuando, porque senão não vende, e, se não vende, a arrecadação do ICMS diminui num momento que o salário mínimo aumentou. Como ficarão os prefeitos? Vão ser administradores de folha de pagamento, já que o que estão recebendo da arrecadação do ICMS, que é a maior receita da maioria dos municípios, está caindo? E as Comissões Técnicas da Casa, paradas, sem funcionar.

Então, Sr. Presidente, minha questão de ordem é no sentido de que se verifique o porquê disso tudo. Não adianta ficar chorando pelo leite derramado, porque, se derramou, não tem mais jeito, não vão publicar com data retroativa, não adianta. Agora é saber, para a Casa tome conhecimento, se o motivo pelo qual se voltou atrás

foi relevante. Se se resolveu manter Comissão de Segurança Pública com a Minoria, louvor, porque não se quebra uma tradição da Casa, porque essa Comissão dos Direitos Humanos e Segurança Pública sempre, é histórico na Casa, ficou com a Minoria.

Lembro-me da luta, para citar apenas dois nomes, de Nelson Pelegrino, que sempre brigou por essa Comissão – e, por isso, nunca tiramos deles, pois achávamos que era um direito deles fiscalizar os atos do governo através dessa Comissão importante –, e também da ex-deputada Lídice da Mata. Nunca esta Casa, na sua história, teve a coragem de tirar essa Comissão daqueles que, no momento, estão na Minoria, mas hoje isso está ocorrendo.

Se a justificativa for essa, parabéns, meu querido amigo e Líder Waldenor, porque prevaleceu o bom senso. Se não é essa a justificativa, se vão permanecer as mesmas Comissões, aí teremos a lamentar o fato de a Casa ficar sem trabalhar mais uma semana.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Nobre deputado Gaban, como V.Ex<sup>a</sup> bem sabe, estou apenas interinamente presidindo os trabalhos hoje à tarde nesta Casa, mas comprometo-me com V.Ex<sup>a</sup> procurar o presidente dela, deputado Marcelo Nilo, para saber as razões da não-publicação da composição das Comissões e, logo mais, passarei a V.Ex<sup>a</sup> a posição dele.

Pela ordem o deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Presidente, esperava fazer esta questão de ordem na presença da principal pessoa da Mesa, o deputado Marcelo Nilo, porque ela decorre de um ato dele que entendo como antirregimental. Dispõe o art. 34 do nosso Regimento que “*as Bancadas e/ou Representações Partidárias, por decisão da maioria dos seu membros, poderão constituir Bloco Parlamentar, sob liderança comum, vedada a participação de cada uma delas em mais de um Bloco, desde que seja integrado por 1/10 (um décimo) de Deputados.*”, ou seja, seis.

Pois bem, presidente, foi publicado no Diário Oficial do dia 5, quinta-feira, um ofício de alguns deputados constituindo o Bloco PRTB/PP/PMN. Do PRTB, consta a assinatura do deputado Jurandy Oliveira e o nome, não a assinatura, do deputado Fernando Torres.

O presidente baixa então o ato nº 31.256/2009, que é publicado com o seguinte teor: “*O presidente da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, no uso das suas atribuições e com fundamento no artigo 34, parágrafo 1º e 34-A da Resolução 1.193, de 17 janeiro de 85, resolve: constituir o Bloco Parlamentar PT/PMN/PRTB, face ao preenchimento dos requisitos exigidos no artigo 34, parágrafo 1º e 34-A da Resolução 1.193/85, que é o Regimento da Casa, publique-se e registre-se. Gabinete da Presidência, 04 de março de 2009, deputado Marcelo Nilo, presidente*”.

Sr. Presidente, o artigo 34, o parágrafo 1º diz o seguinte: “*A Mesa da Assembleia Legislativa – A Mesa! Não é o presidente! – comunicará imediatamente ao Plenário a constituição do Bloco, determinando a publicação e o registro do ato*”.

Ora, a constituição desse Bloco se deu de forma antirregimental bastante clara, Sr. Presidente. *As Bancadas e/ou Representações Partidárias, por decisão da maioria*

*de seus membros.* Num partido que tem dois deputados, a maioria tem que ser dois. Nunca a maioria pode ser um. A maioria de seus membros não pode ser nunca um. Qual é o prejuízo, presidente? Sob liderança comum de um bloco que está dentro da Bancada da Maioria, o tempo agora será indicado pelo Vice-Líder da Maioria. Pode ver que consta já aí o tempo da Representação Partidária. Essa Representação Partidária será indicada pelo Líder da Maioria. Há um ganho de tempo para a Bancada da Maioria, que já tem tempo de mais. A Bancada da Oposição tem o tempo do Democratas só para falar e é um tempo de forma irregular.

Chamo a atenção para esse caso, Sr. Presidente, para que a gente leve para a reunião da Mesa. Tenho acompanhado, e alguns posicionamentos do presidente não têm a nossa concordância. Esse é francamente antirregimental, contraria o artigo 34 do Regimento.

Aproveito a presença do Líder do governo aqui, deputado Waldenor, para dizer a V.Ex<sup>a</sup> que esta sessão quase caiu no início, porque não tinha membro da Mesa. V.Ex<sup>a</sup> está tentando mudar o Regimento? Vamos mudar aqui em consenso com a Casa. Para o membro da Mesa que não estiver presente aqui toda a semana, perca o cargo da Mesa. Isso é que precisa mudar, não é mudar o número da comissão que pode funcionar com oito, nove ou sete, ou com dez. É preciso mudar atitudes semelhantes à do deputado Rogério, quando teve que suspender a sessão logo no início, pois o deputado Gaban pediu uma verificação de *quórum*, porque só tinha o deputado Rogério Andrade como membro da Mesa. É inadmissível que os deputados eleitos para a Mesa Diretora não venham assumir o mister para com o que foram eleitos. É isso que precisa mudar no Regimento, punir o faltoso, e começando a punir na Mesa.

O presidente anuncia para a imprensa inteira que vai punir os deputado faltosos; ele tem que começar a fazer isso na Mesa, porque os mais faltosos estão sendo os deputados da Mesa. Hoje, eu registro, só tinha presente novamente o deputado Rogério Andrade.

Então, Sr. Presidente, é uma questão que está aqui muito clara. É antirregimental, e o presidente da Casa fez. Se o deputado Fernando Torres fizer um ofício inscrevendo-se na Minoria, como é que vai ficar o PRTB agora? Um na Maioria e outro na Minoria? Porque temos um ofício que tinha sido protocolado e o retiramos – está aqui cópia do ofício protocolado, com a assinatura do deputado Fernando Torres, indicando o deputado Heraldo Rocha Líder da Oposição – por entendimento de todos que o PRTB só poderia fazer parte do Bloco da Minoria, esse ofício, que tem cópia do protocolo, foi retirado pela Liderança da Oposição, porque só poderia fazer parte da Minoria se o deputado Jurandy Oliveira também assinasse.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para concluir, Sr. Deputado.

O Sr. Elmar Nascimento:- Só com a assinatura do deputado Jurandy Oliveira não pode o PRTB integrar-se ao Bloco da Maioria. É essa questão regimental que levo a V.Ex<sup>a</sup>, porque traz prejuízo de tempo e um ganho de tempo para o Bloco da Maioria. Vamos providenciar hoje uma assinatura do deputado Fernando Torres entrando no Bloco da Minoria. Saber como é que vai fazer isso; ele teria que ficar

como o PR está, como partido independente. Agora, nunca, e o artigo 34 do Regimento é muito claro, integrar-se à Maioria sem a assinatura da maioria...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para concluir, Sr. Deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- (...) dos membros dos Srs. Deputados. O presidente não pode manobrar a interpretação do Regimento, uma norma muito clara, ao seu bel prazer. Essa é a questão que trago para a discussão dos Srs. Deputados.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Nobre deputado Elmar, gostaria de informar a V.Ex<sup>a</sup> que jamais esse assunto foi levado para a deliberação da Mesa. Apesar de concordar particularmente com a posição de V.Ex<sup>a</sup>, o que tenho a fazer, como presidente interino desta sessão, é levar esse assunto para o presidente da Casa, uma vez que a formação do Bloco foi aceita por ele, o deputado Marcelo Nilo.

O Sr. Gaban:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Pela ordem, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Pela ordem o deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, há algumas coisas na Casa que não podemos desrespeitar, pois é a imagem do Poder Legislativo. Se há um Regimento na Casa, ele deve ser respeitado.

Durante os últimos anos, fiz dezenas e dezenas de pronunciamentos – e me cansei, Sr. Presidente – sobre a necessidade de se fazer a reforma do Regimento. Essa história da reforma já vem desde antes de eu ser Presidente da Casa. Assumi o cargo também com a bandeira de realizar a reforma, já que o Regimento data da época em que Luís Eduardo Magalhães presidiu esta Casa. Ele foi quem elaborou o atual Regimento.

Várias reformas foram feitas na Constituição do Estado da Bahia e na Constituição Federal, mas o Regimento não sofreu a adequação necessária. Então me cansei!

Agora, se não cumprimos a nossa obrigação de fazer a reforma do Regimento, temos que, no mínimo, Sr. Presidente, respeitar o instrumento que norteia o funcionamento desta Casa Legislativa.

Passar por cima de princípios básicos – não é nem princípio matemático – da democracia, do respeito aos partidos... Se o Supremo Tribunal Federal, deputados Gildásio, Heraldo e João Bacelar, está definindo e dando autonomia aos partidos, para fortalecê-los, vem a Casa na contramão da história!

Sr. Presidente, querer dizer que a maioria de 2 é 1, pelo amor de Deus!

A Casa tem que fazer-se respeitar para que possamos ser respeitados pela sociedade. Que nós não trabalhemos, como não estamos trabalhando... Acabaram os festejos do carnaval e esta Casa não rendeu nada! Nós ficamos o último semestre do ano passado sem fazer nada aqui, nesta Casa. Nenhum projeto foi encaminhado para esta Casa durante todo o segundo semestre do ano passado, mas no dia 18 de dezembro chegaram 28 projetos...

Até pela responsabilidade, ou irresponsabilidade, que esta Casa teve por nada

aprovar, fez-se um acordo para votar em convocação extraordinária. E foi uma convocação altamente justificável, porque foram votados projetos importantíssimos, sobretudo para o funcionalismo.

Agora, voltamos ao trabalho e não fazemos absolutamente nada. No carnaval havia uma justificativa para não trabalharmos, mas agora que o carnaval passou continuamos sem fazer nada. As coisas estão acontecendo e estamos fazendo de conta, pois a Casa não está acompanhando nada.

E agora, pelo amor de Deus, Sr. Presidente, Srs. Líderes desta Casa, não vamos acabar com a Matemática! Não só com a Matemática, não vamos acabar com a moral e com a história desta Casa, porque isso não condiz com a mínima democracia de uma Casa Legislativa.

Nós juramos respeitar o que determina a Constituição do nosso Estado quando assumimos o mandato há 2 anos. Nós juramos respeitar! Não vamos desrespeitar a Constituição e o Regimento Interno desta Casa.

Está certo que não trabalhamos ainda, mas já está na hora. Vamos ficar mais uma semana sem trabalhar porque não instalamos as comissões. Elas vão ser instaladas a partir de amanhã, e, com isso, mais uma semana será perdida.

Mas passar por cima do Regimento, não! Isso não podemos!

Não tenho procuração para defender o Presidente da Casa, não. Mas eu não o culpo, até pelo ônus do cargo. Assinamos tantos papéis, e confiamos no que chega às nossas mãos. E, normalmente, o que vai das Lideranças não é questionado pelo Presidente, ele publica. Então, essa é uma falha que não imputo ao Presidente.

Os dois Líderes, Waldenor Pereira e Heraldo Rocha, têm que sentar e colocar as coisas nos trilhos. Nesses 2 anos da nossa legislatura o trem ficou fora dos trilhos, e não podemos continuar dessa forma. E repito: espero que atos dessa natureza, dizer que a maioria de 2 é 1, não se repitam.

Pelo amor de Deus, vamos respeitar pelo menos o que norteia o funcionamento desta Casa, ou então vamos embora, porque já faz muito tempo que não fazemos nada no Legislativo.

O Sr. Aderbal Fulco Caldas:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Pela ordem o nobre deputado Aderbal Caldas.

O Sr. Aderbal Fulco Caldas:- Sr. Presidente, o nobre deputado Elmar Nascimento não me citou pessoalmente, referindo-se aos membros da Mesa. Mas citou-os. E, como eu também sou titular, quero dizer a V.Ex<sup>a</sup> que tenho noção da responsabilidade, sou assíduo, estou presente à Casa. Não estava no ato de abertura porque não é possível nenhum deputado ficar confinado permanentemente no Plenário. Porém, quando estou aqui, fico sempre a postos e atento ao chamamento da Mesa para cumprir a nossa obrigação de dirigir ou secretariar os trabalhos.

Então, qualquer medida que venha exigir dos membros da Mesa se fizerem presentes, antecipo o meu voto corroborando com quem a propuser. Menos para que um membro fique confinado durante todo o tempo, porque senão nós teríamos permanentemente 63 deputados presentes ao Plenário. No entanto tenho a exata

noção da minha responsabilidade, sou assíduo e estou sempre a postos para assumir e atento até, com os olhares voltados para a Mesa, pois, em sendo chamado, quero estar pronto, à disposição, para assumir o meu lugar.

Muito obrigado.

O Sr. Waldenor Pereira:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Antes de passar a palavra ao Líder da Maioria, gostaria de convidar o nobre deputado Aderbal Fulco Caldas para, por gentileza, substituir o deputado Professor Valdeci.

Questão de ordem ao deputado Waldenor Pereira.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, gostaria de respeitosamente responder ao deputado Carlos Gaban que a palavra do deputado... Aliás, não só a palavra, pois, quando um deputado se dirige ao presidente da Casa assinando um documento se posicionando a respeito dessa ou daquela questão, esse posicionamento tem fé de ofício até que se prove o contrário.

Então o deputado Jurandy Oliveira, aqui presente, encaminhou ao presidente da Assembleia um documento assinado por ele se dizendo membro do Bloco formado pelo PP/PRTB/PMN, ou seja, como integrante dele.

Ora, um segundo ofício, deputado Heraldo Rocha, foi assinado pelo deputado Jurandy Oliveira se apresentando ao presidente deste Legislativo como Líder do PRTB! Portanto, a princípio, fosse o deputado Marcelo Nilo, o deputado Heraldo Rocha ou o deputado Gaban, que já foi presidente também, cabe ao presidente fazer publicar a decisão assumida pelo deputado. Essa é a primeira observação.

A segunda observação, deputado Gaban, é que o partido conta com dois parlamentares, os deputados Jurandy Oliveira e Fernando Torres, e este, antes de assumir um posto na Mesa Diretora, era o Líder do PRTB. Ora, na medida em que ele foi eleito o 2º vice-presidente da Casa, naturalmente abdicou da condição de Líder, até porque não pode assumir ao mesmo tempo a Liderança do PRTB e a 2ª Vice-Presidência. Portanto, se o deputado Fernando Torres abdicou do cargo de Líder, considerando a existência de dois parlamentares apenas, por exclusão o novo líder do partido é o deputado Jurandy Oliveira. Ora, se o outro deputado não pode ser, quem será o Líder do partido doravante?

É um problema lógico, e quero agora na minha terceira consideração dizer o seguinte: neste caso particular, o Regimento é omissivo porque respeitosamente, deputado Paulo Azi, na existência de apenas dois parlamentares, se um decide pelo Bloco da Oposição e o outro decide pelo da Situação, naturalmente que o presidente da Casa deve aguardar alguma provocação. Considerando-se tratar-se – fé de ofício – da palavra, da decisão do parlamentar, até que se prove o contrário o deputado Jurandy Oliveira encaminhou um ofício se posicionando como Líder e outro como integrante de um Bloco, que é o da Maioria. Entendeu, deputado Clóvis Ferraz?

Portanto, o deputado Marcelo Nilo agiu corretamente. Fez publicar as duas correspondências, uma em que o deputado Jurandy se apresenta como integrante de um Bloco e a outra na qual diz que é Líder daquele partido, por exclusão, já que o outro parlamentar não pode ser. Então, acho que também cabem essas considerações

para a apreciação dessa matéria, naturalmente aguardando o desenrolar do posicionamento da Presidência da Casa, o que deverá acontecer em momento oportuno.

Obrigado pela questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Questão de ordem, deputado Gaban.

Peço apenas que seja bastante breve para que possamos avançar na sessão, uma vez que esse tema já foi por demais discutido nesta tarde.

O Sr. Gaban:- Meu caro Líder Waldenor...

(Vários deputados falam ao mesmo tempo fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Srs. Deputados, o deputado Gaban está com a palavra.

O Sr. Gaban:- Eu gostaria, deputado Waldenor, de deixar aqui dois posicionamentos. O primeiro, em relação ao presidente da Casa, pois a minha questão de ordem foi na mesma linha de raciocínio de V.Ex<sup>a</sup>.

O presidente da Casa tem a obrigação de publicar o que chega para ele. Já fui presidente e sei disso. Já disse e repito agora que não tenho nenhuma procuração para defender o presidente deste Poder, mas nesse ponto ele agiu de acordo com o que determina o exercício do cargo. Ele tem de publicar o que chega à Presidência.

Agora, com relação ao ato, gostaria de dizer que é irregular. Por que eu digo que é irregular, contrapondo o que V.Ex<sup>a</sup> afirmou, deputado Waldenor? Considerando o que já foi levantado pelo deputado Elmar.

(Lê) *“Art. 34 - As Bancadas e/ou Representações Partidárias, por decisão da maioria dos seus membros, poderão constituir Bloco Parlamentar, sob liderança comum, vetada a participação de cada uma delas em mais de um Bloco, desde que seja integrado, pelo menos, por um 1/10 (um décimo) de Deputados”.*

Resumindo: são dois deputados; maioria de dois são dois. Não pode ser um. Com todo o respeito que tenho pelo deputado Jurandy Oliveira, decano desta Casa, mas o Regimento não foi respeitado; então o ato publicado não tem nenhuma validade, de acordo com o Regimento.

Mas veja, deputado Waldenor, quando da indicação, hoje, do Líder da Minoria, tinha lá assinado pelo deputado Fernando Torres. Fui eu, inclusive, que levantei essa tese, deputado Jurandy. Na hora que vi o nome do deputado Fernando Torres, eu falei: “Não pode!”

Já estava pronto, todo mundo já havia assinado. Levantei essa questão e fui questionado. Aí disseram: “Já protocolamos”. Retire do Protocolo! Conversando lá na reunião, perguntaram: “Por que vocês acham que não pode?” Porque os dois têm de decidir. Não pode o deputado assinar solidariamente, já que o deputado Jurandy tem um posicionamento diferente. Fui questionado da mesma forma: “Ah, mas cada um toma o posicionamento que quer”. Sim, mas o Regimento Interno diz que é a maioria.

O que se fez? Retirou-se do Protocolo e se colocou novas assinaturas, mas sem a do nosso querido amigo representante de Feira da Santana. E aí demos andamento e fizemos a indicação do Líder. Então, é respeitar o que existe no Regimento. E tenho certeza, deputado Jurandy, eu o conheço já de muito tempo, sei da sua seriedade e

responsabilidade, mas infelizmente aquele ato não pode ter validade.

## GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Grande Expediente.

Questão de ordem do deputado Heraldo Rocha.

Para o Grande Expediente fui informado pelo Líder da Maioria que não há orador.

Questão de ordem do nobre deputado Heraldo Rocha

O Sr. Heraldo Rocha; - Sr. Presidente, ...

Deputado Waldenor, gostaria de que V.Ex<sup>a</sup> ouvisse a minha colocação.

Sr. Presidente, ... Sr. Presidente,...

Deputado Júnior, aproveitando a presença do Líder da Maioria, ...

Srs. Deputados, ... ( Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade): - Solicito aos Srs. Deputados que, por favor, mantenham-se em silêncio, uma vez que o nobre Líder da Minoria está com a palavra, o deputado Heraldo.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente,...

Deputado Waldenor, não é sobre este assunto, que para mim já é matéria vencida. A maioria de dois são dois.

Eu quero tratar de outro assunto. Primeiro, o prazo que nós acordamos, na semana passada, solicitado pelo presidente, foi de 48 horas para indicarmos os membros das comissões temáticas da Casa. Concordam? Passaram quinta, sexta, sábado e domingo. Eu, inclusive, estive na Maioria para agradecer a visita que V.Ex<sup>a</sup> fez a mim, como também para tratar do assunto. Deixei recado, mas V.Ex<sup>a</sup> não entrou em contato conosco.

Segundo ponto, enviamos, em caráter de urgência, desde quando o prazo das 48 horas, acordado por nós, já havia concluído, enviamos todos os nomes referentes às comissões permanentes e, para nossa surpresa, não foi publicado na sexta-feira no *Diário Oficial* nem foi publicado hoje, segunda-feira. Bom!

Terceiro ponto. Eu sei que isso não é um problema de V.Ex<sup>a</sup>, é um problema da Presidência. Foi a Secretaria da Mesa que me informou, quando consultei, que será publicado amanhã. Ora! Mas, se eu dei entrada na quinta-feira, teria que ter sido publicado no *Diário Oficial* de sexta-feira.

Quero que V.Ex<sup>a</sup> relembre uma reunião que tivemos, inclusive, com a presença do presidente Marcelo Nilo, quando resolvemos acordar as votações da convocação extraordinária e V.Ex<sup>a</sup> afirmou que a Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública não seria mexida, seria da Oposição. V.Ex<sup>a</sup> afirmou isso. Foi um dos motivos, inclusive, e eu chamo a presença do deputado Gildásio Penedo, Líder da Minoria, naquela oportunidade e também a dos outros Srs. Deputados.

Não sei, não sentamos, V.Ex<sup>a</sup>, diversas vezes, me disse, deputado, nós vamos

conversar sobre as comissões e não me passou nenhuma informação. Eu queria registrar, Sr. Presidente, mais uma vez, o posicionamento da Oposição no sentido de que, da nossa parte, cumprimos o dever regimental de indicar os nomes dos membros das comissões temáticas.

Muito Obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Srs. Deputados, antes de passar a palavra numa questão de ordem ao nobre Líder, deputado Waldenor, eu gostaria de pedir aos senhores um pouco mais de silêncio em respeito aos oradores, aos deputados e sobretudo aos senhores e às senhoras presentes nas Galerias. O silêncio é necessário para que os deputados possam formular os seus respectivos raciocínios.

Com a palavra, pela ordem, o deputado Waldenor.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, respondendo ao deputado Heraldo Rocha, eu agradeço até pela provocação, a Bancada da Maioria também encaminhou no prazo estabelecido de 48 horas, já mandei buscar o Protocolo –, os nomes dos parlamentares para a composição das 10 Comissões Permanentes da Casa. Também consultamos o secretário da Mesa sobre o motivo pelo qual a publicação não ocorreu. Então queria me colocar em pé de igualdade com V.Ex<sup>a</sup> dizendo que a não-publicação independeu da nossa vontade e que, naturalmente, a Secretaria-Geral da Mesa deverá dar as explicações necessárias a esse respeito.

Em segundo lugar – ainda respondendo aos questionamentos do deputado Heraldo Rocha, com o qual não vou polemizar sobre outros assuntos –, quero informar também o cumprimento do acordo que estabelecemos com a Oposição quando da convocação extraordinária, quando resolvemos apresentar a ela, naquela oportunidade, a decisão de presidir as cinco principais comissões da Casa: Constituição e Justiça; Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Serviço Público; Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle; Saúde; e Meio Ambiente. E estamos anunciando, publicamente – e já o fiz em outras oportunidades –, que vamos liberar a comissão de Meio Ambiente para cumprir o acordo feito com a Oposição naquela oportunidade.

Em terceiro lugar, quero esclarecer aqui, publicamente, que havia anunciado, até pela imprensa, inicialmente, que teríamos direito a sete Comissões, e quero reconhecer, aqui, publicamente - e é importante também destacar isso - que quando o cálculo é realizado, minoria versus maioria, de fato teríamos direito a sete comissões contra três da minoria, certo? Isto é, contra duas da Minoria e uma do PL. Não, o cálculo, desculpe, é só dividir 41 membros com 63 que o resultado é 6,507. Todavia, quero reconhecer que a prática que estamos utilizando, quando o cálculo é feito separadamente, PR, minoria e maioria, a Minoria fica com três comissões, o PR com uma, e a maioria com seis. Então nisso nós estamos acordados também. Vou deixar aqui claramente que a proporção é seis, um e três, está certo? Portanto, é só a título de esclarecimento que o que acertamos – como? - as três comissões da Minoria são: Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Infra-Estrutura. São essas que estavam acertadas. Portanto, essas são as três comissões que acordamos, e estamos cumprindo fielmente o que foi acertado durante a convocação extraordinária.

O Sr. Presidente (Rogério Andrade):- Srs. Deputados, concedi uma questão de ordem ao nobre deputado Heraldo Rocha sobre esse tema e outra ao deputado Waldenor para contra-arrazoar a do deputado Heraldo. Não poderei, pois, em hipótese alguma, conceder questão de ordem a mais dois ou três membros... Sobre outro assunto, tudo bem, poderei, mas três solicitaram a questão de ordem pela Minoria, e, se for sobre o mesmo assunto, não terei condição de atender a todas.

Questão de ordem, nobre deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, ouvi, atentamente, as palavras do Líder da Maioria, deputado Waldenor Pereira, quando, na justificativa dos acordos referentes às comissões, se refere ao acordo ocorrido no final do ano passado. E aí parece-me que ele, com todo o respeito que merece, não está se lembrando muito bem dos termos desse acordo. Felizmente, Sr. Presidente, o referido acordo foi realizado na presença de mais de 10 deputados desta Casa, inclusive do presidente, deputado Marcelo Nilo, foi, na época, divulgado em todos os jornais. É só verificar os jornais daquela época que se vai confirmar quais foram os termos daquele acordo.

Recordo-me, Sr. Presidente, que foi feita por mim, naquela reunião, a solicitação de que a Comissão de Segurança Pública, mesmo que o PR continuasse como bloco independente, passasse a ser presidida pela Bancada da Oposição. E aí, deputado Waldenor, V.Ex<sup>a</sup> deu a palavra. V.Ex<sup>a</sup>, deputado Waldenor, na frente de mais de dez parlamentares, inclusive do presidente da Assembléia, deu a palavra. Vai ficar na consciência de V.Ex<sup>a</sup>, que, inclusive, consultou o Líder do PR na época, deputado Elmar Nascimento, Líder do bloco, e o deputado concordou com os termos daquele acordo para que a Comissão de Segurança Pública se destinasse à Oposição.

Fica na consciência de V.Ex<sup>a</sup>, deputado Waldenor. E saiba que não é a minha palavra contra a de V.Ex<sup>a</sup>, não, são mais de dez parlamentares, inclusive o presidente da Assembléia Legislativa, e vou cobrar do presidente a sua palavra, a palavra do presidente. Se V.Ex<sup>a</sup> quer quebrar o acordo, assumo de frente, mas não venha com esse tipo de argumento, porque isso é um desrespeito à Oposição e a esta Casa Legislativa.

O Sr. Elmar Nascimento:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Pela ordem, o deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, fui citado aqui e quero dizer que na época em que foi celebrado o acordo havia 24 projetos trancando completamente...

(Os deputados Waldenor Pereira e Paulo Azi discutem fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Srs. Deputados, o deputado Elmar Nascimento está com a palavra, por gentileza.

O Sr. Elmar Nascimento:- Presidente, peço atenção. Os dois são meus amigos, o deputado Paulo Azi e o deputado Waldenor, mas até porque fui citado e participei do acordo na condição de Líder de um bloco independente, quero dizer que nos reunimos na Comissão de Constituição de Justiça, com o Líder da Minoria – seria bom que ele também estivesse aqui presente, daqui a pouco vai chegar o deputado Gildásio Penedo –, com o presidente da Casa, deputado Marcelo Nilo, o Líder da

Maioria, deputado Waldenor, mais de dez Srs. Deputados reunidos, o bloco independente e o Bloco da Minoria, eu inclusive era contra a se fazer acordo, mas a maioria queria o acordo, inclusive do meu partido. Na época eu consultei o deputado Ivo, o deputado Gilberto, e eles queriam que fosse feito o acordo para votar os projetos que estavam em pauta na convocação extraordinária. O deputado Paulo Azi questionou o deputado Waldenor, que queria que a presidência da Comissão de Segurança Pública e Direitos Humanos ficasse com a Oposição, independentemente do posicionamento do PR.

O deputado Waldenor foi gentil e só deu a palavra dele depois que me consultou. E quero dizer que aquiesci, enquanto Líder do Bloco Parlamentar PR/PRTB, naquele momento, para que a presidência da Comissão de Segurança Pública ficasse com a Oposição. Foi o posicionamento que se tomou, fui ouvido porque era preciso que eu fosse ouvido enquanto Líder de um bloco independente. Fui ouvido e concordei. A palavra foi dada, realmente. Estavam presentes os deputados Gaban, Misael, João Carlos, Gildásio Penedo, que era o Líder e fez o acordo, o deputado Eliedson, mais de dez deputados estavam presentes. Tenho certeza de que o deputado Waldenor vai se lembrar, e os outros também, para que não haja nesta Casa, infelizmente, uma quebra de acordo.

Fui citado pelo deputado Paulo Azi, e estando presente não poderia deixar de me pronunciar para dizer que efetivamente, e com o consentimento do bloco independente, na pessoa do seu Líder, foi feito um acordo para que a obstrução acabasse. Aliás, essa foi a única exigência da Oposição. A convocação extraordinária era interesse do governo, e essa foi a única exigência da Oposição para que se acabasse e votasse o Orçamento. A única exigência da Oposição era que a Oposição ganhasse umas das cinco comissões importantes da Casa e tivesse o controle da Comissão de Segurança Pública. Concordei na época. Tenho que relatar o que testemunhei e o acordo do qual participei.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Horário das Representações Partidárias.

Com a palavra o Líder do governo...

O Sr. Luiz de Deus:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Nobre deputado Luiz de Deus, antes de V.Ex<sup>a</sup> se manifestar, gostaria de dizer que concedi duas questões de ordem à Bancada da Minoria, aos deputados Heraldo Rocha e Paulo Azi. E concedi apenas uma questão de ordem ao Líder do governo, deputado Waldenor, e ao deputado Elmar, que não é da Maioria nem da Minoria. Por conta disso, não posso abrir o precedente, vez que já concedi duas questões de ordem ao Bloco da Minoria – gostaria muito de poder conceder a V.Ex<sup>a</sup> a questão de ordem –, sob pena de ter que conceder mais duas para a Bancada da Maioria.

O Sr. Luiz de Deus:- Pois é. É a respeito da questão de ordem formulada pela Maioria e pela Minoria? Não! Então, se não foi, eu gostaria de continuar o debate.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com certeza. Sr. Deputado essa questão não será decidida nas questões de ordem aqui, na Casa. Esse é um assunto em

para o qual os dois Líderes terão que sentar após a sessão para definitivamente resolver essa querela.

O Sr. Luiz de Deus:- Sr. Presidente, isso não é uma questão de Liderança. Isso é uma questão de Regimento e de lei, e tem que ser cumprida. Acho que a primeira colocação que essa Casa tem que ouvir é que nós temos que obedecer uma lei. Tem-se que mudar os termos, sobretudo do Líder da Maioria. Não existem aqui os termos “vou liberar tal comissão”, nem “dar tal comissão”, porque este Poder não é tão grande quanto desejaríamos nem tão pequeno que tenha dono e senhor. O que tem que ser obedecida é a lei, é o Regimento.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Deputado Luiz de Deus, V.Ex<sup>a</sup> terá o tempo de seu partido para se manifestar, por gentileza, para que não haja precedentes. Eu concedi duas questões de ordem a 2 deputados da Minoria para que pudessem se manifestar sobre esse assunto e uma apenas ao Bloco da Maioria.

Por gentileza, V.Ex<sup>a</sup> terá todo o tempo de seu partido.

O Sr. Pedro Alcântara:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- É sobre o mesmo tema, nobre deputado? Se for sobre o mesmo assunto, nobre deputado Pedro Alcântara, infelizmente, não poderei dar a palavra a V.Ex<sup>a</sup>.

O Sr. Pedro Alcântara:- O art. 33 do nosso Regimento diz: “São prerrogativas do Líder:...” – e eu sou Líder do PR nesta Casa e preciso falar também – “...I - usar da palavra em qualquer fase da Sessão, por 10 (dez) minutos para fazer comunicação inadiável, sempre que não haja orador na tribuna;...”

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o nobre deputado Pedro Alcântara, para fazer uma comunicação inadiável.

O Sr. Pedro Alcântara:- Sr. Presidente, foi posta aqui a questão da Maioria e da Minoria em relação à composição das comissões desta Casa. O Líder da Maioria colocou aqui expressamente que foi acordado com a Minoria...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Espero que V.Ex<sup>a</sup> utilize o tempo de 10 minutos para fazer a comunicação inadiável.

O Sr. Pedro Alcântara:- Estou com a palavra e tenho 10 minutos, sem querer polemizar com a Presidência, inclusive porque o Regimento não permite.

Foi posto pelo Líder da Maioria que existem 5 comissões importantes na Casa e que uma dessas 5 seria para a Minoria, juntamente com mais outras duas.

O PR é uma Bancada aqui, nesta Casa. A política é dinâmica; o quadro político de hoje não é o da reunião que houve atrás. Doravante, precisamos participar de qualquer reunião de Liderança para decidir o destino desta Casa, sendo uma Bancada importante que compõe esta Casa, e uma das maiores bancadas desta Casa.

Já fomos prejudicados porque não ficamos na Mesa Diretora. Ou seja, neste Plenário foi quebrada a proporcionalidade que reza o Regimento Interno. E na composição das comissões o PR não poderá ficar de fora, não poderá deixar de compor as comissões e ter sob sua responsabilidade uma comissão importante nesta Casa.

Se acordaram ontem ou antes de ontem, acordaram sem a anuência do PR.

Agora, nós precisamos participar do processo de constituição das comissões, inclusive das presidências, porque temos quadros capazes e competentes de presidir qualquer comissão nesta Casa. Portanto, o nosso partido não poderá ficar à margem da discussão.

É esse o nosso entendimento, é essa a nossa compreensão, e nós pretendemos, nesta Casa, ter sob a responsabilidade do PR a Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública.

Esta é a proposta do PR com sua Bancada de 6 deputados. Foi acordado entre nós que tenhamos uma comissão sob a nossa responsabilidade nesta Casa porque temos quadros e Bancada suficientes para tanto.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o Líder do governo e da Maioria ou o representante do PCdoB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, o deputado Álvaro Gomes falará por 5 minutos. E o deputado Getúlio Ubiratan, pelos 5 restantes.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes por 5 minutos.

**O Sr. ÁLVARO GOMES:-** Sr. Presidente, inicialmente eu gostaria de saudar todos os fazendários. A diretoria do Sindsefaz está presente. O presidente Rubens está aqui acompanhando o trabalho da Assembleia Legislativa, pois existe um projeto em tramitação que deverá ser apreciado nos próximos dias e naturalmente votado, o do Fisco, para aperfeiçoar e melhorar o seu funcionamento. Sejam bem-vindos todos os fazendários e Rubens, presidente do Sindsefaz.

Gostaria de pedir que fosse inserido nos Anais desta Casa uma nota do *Vermelho* sobre a 12ª reunião do Comitê Central, a crise e seus reflexos políticos. Começa da seguinte forma:

*“Renato Rabelo analisa a conjuntura mundial e brasileira e conclui que o novo pacto político é necessário para sair da crise.*

*A 12ª reunião do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil realizada ontem e hoje na sede nacional do Partido, em São Paulo, teve dois eixos principais entre seus pontos de pauta. O primeiro foi a análise do quadro político mundial e nacional face à crise em evolução, ligada aos desafios políticos do momento, notadamente o projeto eleitoral para 2010. O outro foi o início dos debates para a preparação do 12º Congresso do Partido. Os outros pontos foram o debate da Reforma Política que está em tramitação no Congresso, a proposta de uma resolução sobre a comemoração dos 87 anos de fundação do partido, outra sobre o Dia Internacional da Mulher e, finalmente, uma proposta de atualização do Estatuto do PCdoB.”*

O partido realizou essa reunião de grande importância, pois este ano de 2009 é fundamental para ele. Talvez estejamos diante da maior crise do capitalismo nos últimos anos, da preparação do próximo congresso do nosso partido e duma situação política favorável no Brasil e na América Latina. A reunião do Comitê Central tratou

de todas essas questões.

Neste País estamos sem dúvida alguma numa situação bem mais favorável para enfrentar a crise, embora os seus reflexos atinjam a Bahia, o resto da Nação e do mundo inteiro. Mas ela não foi gerada aqui nem nos países progressistas, pois se trata duma crise do capitalismo, que não tem dado respostas às questões sociais. A maior potência militar e econômica do mundo, os Estados Unidos, se encontra nesta profunda crise. Os países europeus também se encontram nela. Já o Brasil está preparado para enfrentá-la. Sofre os reflexos, mas em melhores condições.

No entanto é preciso ressaltar ser necessário para enfrentar esta crise- e o governo Lula vem fazendo isto de forma muito correta - implementar os investimentos buscando financiar a atividade produtiva para geração de emprego e renda no nosso País. Assim se mantém o crescimento do PIB para que a situação do nosso Brasil melhore ainda mais. Portanto, o governo vem enfrentando essa crise de forma muito correta. No entanto, ainda existe um ponto que precisa ser tratado, e esse ponto diz respeito à questão dos juros. É preciso que haja uma redução dos juros para enfrentar essa crise. Sem a redução dos juros não podemos enfrentar essa crise de forma eficiente, de forma a promover o desenvolvimento do nosso País, de forma a reduzir as desigualdades sociais. Portanto é necessário reduzir as taxas de juros para que possamos implementar o projeto desenvolvimentista do nosso País.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Concedo a palavra ao Líder do governo e da Maioria ou representante do PSB para falar ou indicar o orador pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Presidente, uma retificação: Está faltando o deputado Getúlio Ubiratan, nos 10 minutos anteriores foram 5 para Álvaro e 5 para Getúlio.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Perdão.

Com a palavra o nobre deputado Getúlio Ubiratan pelo tempo de até 5 minutos.

**O Sr. GETÚLIO UBIRATAN:-** Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero iniciar aqui o meu pronunciamento fazendo um apelo aos Srs. Deputados e às Srs. Deputadas que apreciem, que olhem com muito carinho essa cartilha que está sendo distribuída pelos fazendários do nosso Estado, que tenham respeito à causa pela qual eles estão lutando, principalmente porque ela apresenta respostas para diversas dúvidas que estão sendo colocadas nesse debate, nessa reivindicação pela qual essa classe dos fazendários está lutando.

Entre os 11 itens que são colocados no final desta cartilha, a importância da luta dessa entidade importante para o nosso Estado que diz: (Lê) Quem estaria contra as mudanças, principalmente auditores que teriam ocupados cargos durante muitos anos na Secretaria Estadual da Fazenda e que estariam impedindo essas mudanças, e que hoje, após perderem os cargos, torcem contra os avanços da Fazenda fazendo oposição de forma descabida.

É uma discussão realmente muito ampla aqui nesta Casa, principalmente pela morosidade com que a apreciação desse projeto está acontecendo nesta Casa. Mas

reitero aqui: apreciem com muito carinho, com muito respeito essa cartilha que está sendo distribuída pelos fazendários que, inclusive, se fazem presentes na Casa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, destaco aqui que amanhã na nossa região do Extremo-Sul estará sendo celebrado um importante convênio, e quero aqui trazer o agradecimento ao Exmº Governador do Estado Jaques Wagner. Muito obrigado, governador. Sempre coloco nos meus pronunciamentos a importância de buscarmos soluções para se combater a violência que ora vem assolando no nosso Estado. Sem dúvida alguma, uma das sugestões muito importante é a prática do esporte, é a possibilidade de a nossa camada simples e humilde do povão ter à sua disposição praças esportivas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, desde o início do nosso mandato tenho feito ao governador pedidos dos mais diversos, auxílio ao setor esportivo e espaço para que a nossa juventude desenvolva a prática esportiva na região do Extremo-Sul.

Importantes conquistas nas nossas reivindicações temos alcançado, como foi a piscina semiolímpica para a cidade de Teixeira de Freitas, já inaugurada, a própria quadra de esportes junto a essa piscina, e agora, Sr. Presidente, estamos aqui anunciando para o dia de amanhã a celebração de convênio para um novo estágio de futebol na cidade de Teixeira de Freitas. Falo com muito orgulho da cidade que considero capital do Extremo-Sul.

Teremos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o segundo maior investimento neste governo em termos de praça esportiva, após o Estádio de Pituaçu. Teremos agora um novo estádio municipal de futebol na cidade de Teixeira de Freitas. Já podemos aqui consagrar como complexo esportivo dentro do nosso município, dentro da capital do Extremo Sul, já que temos a piscina semiolímpica, a quadra de esportes e, agora, a confirmação da obra de novo estádio de futebol na cidade de Teixeira de Freitas, orçada em 1 milhão e 170 mil reais, com a celebração desse contrato no dia de amanhã, às 19hh30 min, entre governo estadual e a prefeitura, com a contrapartida de apenas 10% por parte da prefeitura e 90% bancados pelo nosso governo Jaques Wagner.

Temos aqui a confirmação de que, tão logo aconteça a celebração desse convênio, provavelmente na quarta ou na quinta-feira, concluo, Sr. Presidente, será publicado no *Diário Oficial* e de imediato as obras já se iniciam para terem a sua conclusão no espaço de 7 meses. É dessa forma que procuramos trabalhar e discutir projetos importantes para o desenvolvimento do nosso Estado e sem dúvida alguma dentro daquilo, do parâmetro que aqui muito discutimos da violência que existe no nosso Estado, a principal questão, o principal caminho sem dúvida é a movimentação esportiva, a possibilidade da recuperação da nossa juventude, daqueles que querem sair da violência através dos esportes.

Muito obrigado, governador, amanhã, finalmente, oficialmente, um novo estádio de futebol na cidade de Teixeira de Freitas e, em 7 meses, estaremos lá inaugurando esse estádio.

Obrigado pela compreensão do tempo excedido, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Concedo a palavra ao Líder do governo ou da Maioria ou ao representante do PSB para falar ou indicar orador pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Capitão Tadeu:- Falarei por todo o tempo, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o nobre deputado Capitão Tadeu pelo tempo de até 10 minutos.

**O Sr. CAPITÃO TADEU:-** Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, imprensa, funcionários servidores do Fisco, prazer em recebê-los aqui, contem com o nosso apoio, não poderia neste momento deixar de me referir a essa grave crise que está ocorrendo na segurança pública do Estado da Bahia.

Como deputado cuja base eleitoral está na segurança pública, cuja bandeira principal é a segurança pública, não poderia me omitir neste momento e gostaria aqui de registrar que sou deputado da base do governo e não recebi nenhuma orientação do governo com relação a esse episódio. Como o governo não me deu nenhuma orientação, como o governo não me chamou para conversar sobre esse episódio, eu me sinto à vontade para dizer o que penso, o que acho, independentemente do que pensa o governo. Se o governo tivesse interesse na minha opinião, teria me chamado para conversar. Como não teve interesse na minha opinião, é porque ela é irrelevante para o governo, o que me deixa aqui à vontade neste momento para tecer comentários sobre essa crise que está ocorrendo na segurança pública.

Quero parabenizar o governador do Estado e o secretário da Segurança Pública pela operação bem-sucedida. Se houver provas, que se punam os corruptos, doa a quem doer, doa a instituição, é um momento de dor, é um momento que nos deixa tristes, constrangidos, mas temos de cortar na carne para dar o exemplo à sociedade. Se houver provas, que se puna com rigor. E quanto maior o cargo, maior a punição, porque se fosse um soldado da Polícia Militar, a punição seria rigorosa. Então, repito, se existirem provas, os acusados têm de ser punidos com mais rigor ainda do que se puniria um soldado.

Gostaria também de dizer que a PM tem quase 200 anos e é composta por 30 mil policiais na ativa; fora os que já morreram, considerando os que estão inativos deve chegar aos 50 mil integrantes. Então a conduta de uns não pode macular a instituição. A Polícia Militar é séria, não pratica essas desonestidades; é uma das instituições mais sérias deste País. Portanto não pode ser responsabilizada por atos de alguns dos seus integrantes. Então temos que ter cuidado para não agredir uma instituição séria; não podemos agredir policiais que morrem em defesa da sociedade.

Só no ano passado foram 33 policiais mortos em defesa da sociedade. Os familiares, os filhos deles não podem ter uma lembrança ruim dos seus pais. A imprensa divulga uma imagem ruim dessa instituição, mas a culpa não é dela, é de alguns dos seus integrantes. Faço esse registro para que não confundamos a postura desonesta de alguns de seus integrantes com a instituição, que não tem nada a ver com isso.

Senhores, recebi dezenas de telefonemas, milhares de *e-mails* e de

comunicados de policiais militares se sentindo ultrajados e envergonhados não pela conduta de cada policial, mas pela conduta exposta na imprensa desses oficiais. E dentro da Polícia Militar há uma unanimidade em pedir rigor na apuração e severidade na punição, caso se comprove a corrupção desses oficiais. Esse é o sentimento de uma instituição séria que quer punir, sim, os seus integrantes que se desviaram da conduta correta. Isso é em nome da maioria dos bons policiais que arriscam suas vidas em defesa da sociedade.

Mas quero aqui abordar outro fato que eclodiu paralelamente a esse. Trata-se de uma insatisfação mútua entre as Polícias Civil e Militar. Parabenizo o secretário da Segurança Pública pelo sucesso da operação e também o governador, que teve sensibilidade e inteligência na condução desse episódio.

Mas quero fazer um questionamento: o secretário da Segurança Pública chamou essa ação de Operação Nêmesis. Ora, senhores, Nêmesis é a Deusa da Vingança. E aí pergunto: o secretário da Segurança Pública se vingou de quê? De quem? Por quê? O que tem a ver uma operação para pegar alguns corruptos com vingança contra uma instituição.

O governador do Estado precisa dar uma resposta. Srs. Deputados, a segurança pública acabou na Bahia! Falo isso com dor, porque é a minha Polícia Militar, é a minha Polícia Civil, é a bandeira que levanto nesta Casa, mas a segurança pública acabou na Bahia, acabou! Vamos ver agora grupos desorganizados de policiais nas ruas movidos pela Operação Nêmesis, pela vingança. E a culpa disso é do Sr. Governador do Estado. O Sr. Governador do Estado está, diante das duas Polícias, oferecendo comportamentos diferenciados, são tratamentos diferenciados para as Polícias Civil e Militar. Isso está gerando uma rivalidade inócua para o Estado e valiosa para a bandidagem. As duas Polícias estão se confrontando publicamente, isso movido por um tratamento desigual oferecido pelo governo do Estado a elas.

Não quero aqui entrar no mérito de qual polícia, a ou b, porque neste Parlamento não temos que discutir miudezas, temos que olhar o global, e no global o tratamento que o Sr. Governador do Estado está dando as duas Polícias é desequilibrado, penso. Há um desequilíbrio no tratamento das duas polícias, e isso está acirrando os ânimos delas.

No Carnaval houve um atrito envolvendo um delegado e um major da Polícia Militar, aí já foi primeiro sintoma. Quero registrar aqui que um grupo de oficiais da Polícia Militar chegou a se reunir para buscar soluções rápidas durante o Carnaval, e foi a minha interferência que acalmou os ânimos naquele momento, foi a minha interferência que acalmou um grupo de oficiais que queria tomar satisfação naquele momento ali, o que iria prejudicar o Carnaval da Bahia inteira, o Carnaval do Brasil, o Carnaval dos nossos foliões que não mereciam aquilo.

O governador precisa retomar as rédeas da segurança pública que neste exato momento ele perdeu. Digo isso constrangido porque sou deputado da base aliada. Digo isso constrangido porque sou oficial da Polícia Militar com muito orgulho. Digo isso porque sou um cidadão que mereço segurança pública, e não estamos tendo segurança pública na Bahia.

E antes que alguém venha dizer que estou falando isso hoje, aqui, agora, digo: comecei a dizer isso com 20 dias de mandato, estamos entrando no terceiro ano de governo e só estou vendo a segurança pública piorar, só está piorando. Com o atual secretário até que melhorou a segurança pública, deu uma melhorada. Estava tão ruim que qualquer ação melhoraria.

Mas, quero deixar claro aqui: o clima entre as Polícias Civil e Militar está acirrado. Os oficiais da Polícia Militar que me mandaram isso aqui – como é que o secretário dá o nome a essa operação de vingança? Ele está se vingando da Polícia Militar? Os coronéis comunicaram-me também que ficaram revoltados com o sorriso do secretário da Segurança Pública na televisão. Sorri de quê? Sorri do aniquilamento de uma instituição bicentenária?

Era para ele estar constrangido. Era para prender, era para punir, era para fazer tudo que a lei manda, mas sem satisfação pessoal. Não era para o secretário estar com ar de sorriso na televisão por conta daquilo, afinal os oficiais acusados de corrupção eram subordinados dele. Se houve corrupção na Polícia Militar, houve corrupção no Estado, houve corrupção no governo, que se mostrou desorganizado. O Estado se mostrou desorganizado porque não tem um mecanismo de prevenção de corrupção.

Não é isso que a sociedade quer. A sociedade quer uma segurança pública unida, com o governador magistrado, com o secretário da Segurança Pública magistrado, não um secretário da Segurança Pública que sorri diante de uma tragédia dessa que atinge o baiano. Essa tragédia atingiu o baiano, e é a sociedade quem vai pagar isso. É uma guerra inócua para as duas polícias. E não venha ninguém me desmentir, porque eu sou lá de dentro, eu sei.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para concluir, deputado.

**O Sr. CAPITÃO TADEU:-** A partir de agora, a Segurança Pública acabou, está aniquilada, arruinada. Cabe ao governador do Estado ser inteligente para reconstruir uma nova Segurança Pública. E eu estarei aqui para fiscalizar, cobrar e denunciar, mas para ajudar também, porque a sociedade não pode conviver com uma guerra de duas Polícias, diante de um Secretário que fica se regozijando por uma infelicidade de três pobres coitados que se envolveram com corrupção. Digo pobres coitados porque é a família quem vai pagar, é a honra, é a história que vai pagar. Deve ir para a cadeia, sim, seja quem for tem que responder perante a lei, perante a Justiça, porque o Brasil não pode ser um país em que cada um faz o que quer, tem que ter lei que deve ser respeitada seja por quem for.

Por isso exigimos a apuração rigorosa e, se provar, cadeia para todos eles e por ação também na área administrativa da Polícia Militar.

O governador precisa abrir os olhos, quando um secretário de Segurança Pública rir de uma situação dessa é porque, realmente, a operação era Nêmesis, ou seja, Operação Vingança, vingar-se da Polícia Militar; só que a Polícia Militar é patrimônio do povo, e ao se vingar dela está-se vingando do povo, da sociedade. Que Deus nos proteja, porque agora nós não temos Segurança Pública.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Gostaria de registrar a presença da liderança política Nilton Abreu, do município de Ubaíra, acompanhando esta sessão juntamente com o seu filho. (Palmas).

Concedo a palavra ao Líder da Minoria ou representante do PTN para falar ou indicar orador pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, por 5 minutos falará o deputado João Carlos Bacelar e pelo tempo restante o deputado Gaban.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o nobre deputado João Carlos Bacelar pelo tempo de 5 minutos.

**O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:-** Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. Deputados, Srs. Deputados, iria novamente abordar aqui a fabricação de um coronel na Secretaria da Saúde. Dr. Jorge Sola, ao redor do seu gabinete estão fabricando um escândalo maior do que o que ocorreu na área da Polícia Militar. Jorge Sola, não queira depois que as manchetes dos jornais publiquem: *Jorge Sola, o coronel da Secretaria da Saúde*.

Depois que o nobre deputado Capitão Tadeu, integrante da base do governo, um deputado conhecedor dos problemas da Secretaria de Segurança, estudioso das questões da violência, faz um discurso como o que fez aqui, Sr. Líder, V.Ex<sup>a</sup> não o interrompeu ou para contradizê-lo ou para fortalecer o pronunciamento do seu liderado, porque o deputado Capitão Tadeu acabou de dizer aqui que acabou a Segurança Pública na Bahia e que a culpa é do governador do Estado: governador que não lidera, que não trabalha, que só está interessado na politicagem, esta é a única atividade pela qual ele se mostra interessado; governador que não lidera nenhuma das duas Polícias, que assiste e assistiu ao embate entre a Polícia Civil e a Polícia Militar no Carnaval, fato que poderia trazer consequências gravíssimas, e não tomou medidas; governador que ouviu o que se passou na Polícia Militar – a briga entre os coronéis e a cúpula da Polícia Civil – e não toma providências; governador que ouviu dois deputados da base do governo, um até federal, afirmarem que o Secretário de Segurança tem medo da pistolagem em Itamaraju e no Extremo Sul do Estado, o deputado Uldurico Pinto, e eu estava junto ao deputado na audiência com o Secretário de Segurança, e V.Ex<sup>a</sup> estava presente, deputado Rogério, disse com todas as letras e na vista do Secretário: “Secretário, o senhor passa a impressão de que está com medo da bandidagem do Extremo Sul.”

Que governo é este, Sr. Líder? Denunciei aqui, Líder, esse contrato entre a Polícia Militar e a Júlio Simões. Perguntei aqui diversas vezes, e está nos jornais, como era que o Estado estava contratando viaturas por 5 anos em regime de *leasing*? Que viatura da Polícia Militar, dentro de 5 anos, estará em condições de rodar? O Estado vai receber essas viaturas 5 anos depois. Absurdos!

É como na Secretaria de Saúde, onde há diretor de hospital denunciando que, no final do mês, recebe ligação de uma alta autoridade do gabinete do Secretário dizendo: “Reserve aí R\$ 60 mil para pagar aos médicos a, b, c ou d, médicos esses ligados a um partido político”.

Quero saber, já que estamos falando de corrupção, Dr. Jorge Solla, por que a

SM é tão bem tratada na administração de V.Ex<sup>a</sup>? Hoje, vamos continuar falando da segurança e da polícia, pois sobre saúde falo amanhã.

Então, este governo, deputado Waldenor, além de inoperante e ineficiente, está convivendo com a corrupção, e o deputado Capitão Tadeu foi bem claro: “se há culpados, se há corruptos, que esses sejam punidos, agora não por meio de operação vingança”. Mas essa é a cara do governo Wagner, que tem aqui um discurso cidadão, republicano, mas tem as piores práticas de clientelismo e politicagem.

O REDA é usado, neste governo, como ferramenta de cooptação de políticos. E o que é que explica este governo ter aqui 42, 43 deputados, se esses mesmos deputados dizem que ele não atende às reivindicações das bases, não executa obras, não os trata bem! Isso é o quê? É o clientelismo deslavado. E o pior disso tudo é que os reflexos recaem na população, que não tem helicóptero, não tem carro blindado, deputado Heraldo Rocha, pois segurança, neste estado, só no Palácio de Ondina! E, assim mesmo, porque cooptaram todas os líderes sindicais, se não, até o Palácio já teria sido invadido.

Governador nenhum teve a coragem de retirar a gratificação da Polícia Militar dizendo que era para ser incorporada ao salário. Que governador teve esta coragem na Bahia? Nenhum. Só o governador da democracia, da cidadania, das relações republicanas. Mas não é nada disso, porque relação republicana, cidadania e ética neste governo é contratar os líderes sindicais para que fiquem todos sob o jugo dele.

Estranho muito o sempre solícito...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para concluir, deputado.

**O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:-** (...) deputado Paulo Câmara não ter, pois não estava no Plenário, contraditado o Capitão Tadeu. Estranhei muito o Líder do governo não ter feito uma análise do pronunciamento de seu liderado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o deputado Gaban, pelo tempo de até 5 minutos.

**O Sr. GABAN:-** Sr. Presidente, Srs. Deputados, solicitei ao deputado Getúlio Ubiratan que permanecesse aqui, para atender um pessoal, porque me parece, deputado Getúlio, que V.Ex<sup>a</sup> leu algum jornal da Secretaria da Fazenda.

O que está se discutindo sobre esse projeto – e já fiz alguns pronunciamentos a esse respeito – é que, quando o governo o enviou para cá, é lógico que não poderia adivinhar que, em 18 de dezembro de 2008, o Supremo Tribunal Federal, analisando, deputado Waldenor, um projeto semelhante a esse que o governo também tinha encaminhado a esta Casa antes dessa data, fosse considerado inconstitucional numa ação direta de inconstitucionalidade movida contra o Governo do Ceará. Não bastasse essa consideração, repito, posterior à data que o Governo do Estado tinha encaminhado esse projeto da Fazenda aqui para esta Casa, manifestaram-se duas entidades renomadas aqui da Bahia, pessoas das quais não podemos questionar a idoneidade.

A Ordem dos Advogados da Bahia se manifestou. Já fiz esse pronunciamento,

mas, se necessário, voltarei aqui para dar os dados. Um deles é a admissibilidade de pessoas. Quando os agentes de tributos ingressaram no Estado através de um concurso público o fizeram com exigência de nível de escolaridade médio. Os auditores do Estado, quando ingressaram através de concurso público, o fizeram com um título de nível superior que era o exigido em concurso público. A OAB, porém, manifestou-se na mesma linha de raciocínio do Supremo Tribunal Federal: pela inconstitucionalidade desse projeto.

O Ministério Público da Bahia, analisando também todos os tópicos do projeto, considerou-o inconstitucional. E fez mais, deputado Getúlio Ubiratan, encaminhou ao Exmº Sr. Governador do Estado uma recomendação a respeito desse projeto. Estamos discutindo, e temos de fazê-lo, pois à medida que a Casa tem conhecimento de três decisões tomadas, repito, após o projeto chegar a esta Casa, dia 18 de dezembro, o Supremo Tribunal Federal considerou-o, deputado Waldenor, inconstitucional; o Ministério Público, inconstitucional; a OBA, inconstitucional. Acrescentaria até alguma coisa a mais. Já bastaria a meu ver e a esta Casa não dar mais trâmite a esse projeto pela inconstitucionalidade já levantada, mas vamos adiante, se quisermos analisar isso um pouco mais.

As micro e pequenas empresas geram 4% da receita do Estado. Apenas 4%. O Sindsefaz colocou uma faixa, mencionei isso a semana passada, que faltou com a verdade quando disse que os deputados que defendem o cidadão não votam contra a sonegação. Ninguém está defendendo sonegação aqui, mas a constitucionalidade de um projeto. Não se combate sonegação em cima de 4% da receita. Criar mil novos cargos de auditores fiscais através de uma inconstitucionalidade para fiscalizar apenas 4% da receita. Se houver sonegação, que se combatam os sonegadores, coloquem os sonegadores na cadeia. Se houver sonegação, têm que se fiscalizar os 96% da arrecadação do Estado da Bahia e nunca criar mil órgãos para fiscalizar 4%, não se estaria combatendo sonegação. E mais, num segmento, deputado Getúlio, que gera 700 mil empregos na Bahia. Atrás desses 700 mil empregos, cada cidadão, sua família – ele, a mulher e mais três filhos –, seriam acrescentadas mais cinco pessoas. São três milhões e meio de pessoas que seriam atingidas de uma maneira que não vai resolver o problema da sonegação. A premissa inicial de se combater a sonegação investigando apenas 4% da receita é falsa.

O tempo é curto, Sr. Presidente, mas voltarei a esse tema tantas vezes quantas forem necessárias. Digo e repito, deputado Waldenor, V.Exª não estava aqui. Já fizemos, com a concordância de V.Exª, uma audiência pública, e demos a mesma oportunidade para o Sindsefaz e para o IAF. Proponho que se faça uma comissão através até da Comissão de Constituição e Justiça, que devemos instalar amanhã. A partir da próxima semana, poderemos ter sessões deliberativas. Que se convoquem o Sindsefaz, o IAF, o procurador Geral do Estado, que deu o parecer, avocou para si o parecer sobre esse projeto, que ele venha debater com o Ministério Público, com a OAB, porque aí colocaremos todos os segmentos envolvidos, o próprio secretário da Fazenda naturalmente, os presidentes dos dois sindicatos, numa reunião clara e aberta. Porque tenho certeza, deputado Waldenor, que na hora em que o governador

tiver todos esses elementos,- já devem ter chegado as mãos dele-, não irá querer correr o risco de dividir uma secretaria que uma das mais importantes, responsável pela arrecadação do Estado, criar um descontentamento. E quem vai ganhar? Essa é a pergunta. A quem interessa a divisão da Secretaria da Fazenda? A ninguém. Não se combate... E digo mais, a 10 maiores empresas do Estado da Bahia são responsáveis por 50, 3% da arrecadação. Se pegarmos as 20 maiores empresas, se não me engano já chegamos a faixa de 70% da arrecadação...

O Sr. Presidente ( Rogério Andrade ):- Para concluir, Sr. Deputado.

**O Sr. GABAN:-** Então não é fiscalizando 140 mil pequenos e micros empresários que arrecadam apenas 4% do Estado que vamos combater a sonegação. Vamos, sim, se quiserem valorizar os auditores e os agentes de tributos, vamos valorizar. É uma categoria importantíssima. Vamos valorizá-los, mas não de forma inconstitucional. Porque se dermos tramitação a um projeto inconstitucional estaremos rasgando a Constituição do Estado a qual juramos, quando tomamos posse, respeitar o que ela determina.

(Foi revisto pelo orador.)

O Sr. Presidente ( Rogério Andrade):- Horário das Lideranças Partidárias.

Concedo a palavra ao Líder do governo e da Maioria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PDT/PSC/PRP para falar ou indicar orador pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Falarão os parlamentares Adolfo Menezes, por 4 minutos, e Sérgio Passos pelos 4 minutos restantes.

O Sr. Presidente (Rogério Andrade):- Com a palavra o nobre deputado Adolfo Menezes pelo tempo de 4 minutos.

**O Sr. ADOLFO MENEZES:-** Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, nesta tarde em que aqui o governo só apanhou, caro Líder Waldenor, eu queria me referir...

O Sr. Heraldo Rocha:- Apanhou do próprio governo.

**O Sr. ADOLFO MENEZES:-** Que é o pior.

Eu queria me referir, caro Líder, às obras importantes que foram anunciadas neste último final de semana, dar uma aliviada na barra. São as seguintes: a via expressa, a obra mais importante de estrutura, deputado Pedro Alcântara, dos últimos 30 anos. Trata-se do importante conjunto de viadutos na Rótula do Abacaxi, que, tenho certeza absoluta, vai melhorar e muito o tráfego naquela região tão problemática, uma obra de R\$ 340 milhões. Foi anunciada pelo ministro do seu partido, deputado Pedro Alcântara, Alfredo Nascimento, juntamente com o senador César Borges, o governador, no município de Jequié, mais 3.500 quilômetros de estradas federais. Um bilhão e 700 milhões em obras nessa época de recursos tão escassos, de crise mundial, são muitos recursos para o nosso Estado.

Então, nesta tarde, não vimos aqui nenhum deputado do governo se referir a tão importante lançamento de obras que tivemos no último final de semana. E dizem que os recursos já estão assegurados. A via expressa mesmo é para começar imediatamente.

Então juntamente com a privatização da BR-324 - essa vergonhosa principal

estrada da Bahia, Salvador- Feira de Santana - acredito que nos próximos 2 anos teremos mais condições de tráfego nessas perigosas estradas, tanto federais quanto estaduais.

Deputado Pedro Alcântara, o tempo que me resta, V.Ex<sup>a</sup> que representa aquela região tão importante de Remanso, Casa Nova, Pilão Arcado, acredito também que com a reivindicações de V.Ex<sup>a</sup> e de outros o governador realizará, segundo me consta em contato com Dr. Saulo, do Denit, já existe R\$ 40 milhões disponíveis para a realização daquelas estradas, caro Líder Waldenor, apesar de eu não representar na totalidade aqueles municípios, mas sou daquela região. E digo isto a V.Ex<sup>a</sup>, como Líder, já disse ao próprio governador que, se ele não realizar aquelas obras, vai acontecer o que aconteceu com o ex-governador Paulo Souto, a população toda vai votar praticamente contra o governo em protesto. Já falei com o governador. E o deputado Pedro Alcântara, acredito, como representante, já deu também o seu recado. Esperamos que o governo não demore a realizar essa importante obra para aquela região. É uma vergonha deixar um município tão importante sem nenhuma condição de deslocamento uma vez que as estradas não valem nada.

Há poucos dias estive no município de Morro do Chapéu, em contato com algumas lideranças da região de Irecê e tive notícia que se encontra também na mesma situação. Há menos de um ano e meio para as eleições, acredito que o governador está atento a esses problemas, principalmente os de infraestrutura das estradas, que é uma coisa muito importante para toda a Bahia, para que não tenhamos problemas nas eleições.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o deputado Sérgio Passos, pelo tempo restante de 4 minutos.

**O Sr. SÉRGIO PASSOS:-** Sr. Presidente, Srs. Membros da Mesa, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, é com desprazer que venho a esta tribuna nesta tarde. Por que desprazer? Como médico, como profissional que ainda trabalha na área, recebi denúncias em Jacobina que, infelizmente, profissionais não capacitados, não qualificados estão no exercício irregular da Medicina. São os famosos optometristas, que são pessoas treinadas para que possam conferir, fazer e preparar lentes para óculos ou de contato. Infelizmente, essas pessoas têm se arvorado semiprofissionais. Como profissionais da Medicina são levados por uma liminar a fazer exame de vista, deputado Pedro Alcântara. Esquecem-se aqueles que os autorizam e aqueles que praticam que, infelizmente, um profissional que estuda, que faz um curso rápido de física ótica não pode se considerar qualificado a dar diagnósticos, até porque o número de doenças que é diagnosticado através do exame de vista é grande e pode ter repercussão grave na vida de cada cidadão ou de cada paciente.

Esses optometristas, claro, fazem uma consulta por um menor valor. Na sua ótica, às vezes, onde eles preparam os óculos e prescrevem os óculos ou uma lente corretora, esquecem que por trás dessa lente corretora poderá dar uma virosa ocular,

uma úlcera de córnea, uma hipertensão arterial grave, diabetes cavalgante e outras doenças como a mononucleose, que só podem ser diagnosticadas e identificadas por um profissional que, às vezes, precisa fazer até 5 anos de residência médica quando quer se qualificar para fazer a cirurgia da área. Vi isso em Jacobina, fui alertado por três colegas profissionais da área, Dr. Aloísio, Dr. Ednilson e Dr<sup>a</sup> Tércia e, para minha ingrata surpresa, vejo que o mesmo está a acontecer no município de Jequié. É preciso dar um basta, isso não pode continuar.

Vejo aqui na revista do sindicato dos médicos uma denúncia. É necessário que o Cremeb possa atuar, é necessário que a Associação Baiana de Medicina atue - deve e tem que atuar - para que possamos coibir tal ação desses ditos profissionais, não sei se da Medicina. Eu os considero charlatães e como charlatães causam grave risco à saúde e à vida das pessoas.

Isso é um alerta, uma tensão, já que eu sei que a deputada Moema Gramacho está nesta luta em nível federal. Eu convoco aqui os colegas Pedro Alcântara, Luiz de Deus, Heraldo Rocha para que possamos fazer coro com esta luta, a fim de evitar que muitos e muitos cidadãos baianos possam ficar cegos ou possam ou possam perecer de doenças graves por descuido ou atitude incauta daquele que procura o mais barato, que procura a facilidade pensando que apenas uma lente corretora possa trazer bons resultados para a sua saúde.

Fica o alerta para a Justiça, o Cremeb, o Sindicato dos Médicos e para a Associação Baiana de Medicina para que, de forma firme, eficaz e contundente, possam atuar contra esses cidadãos que se dizem prescritores, prescrevedores em óticas que causam graves resultados à saúde ocular e à saúde geral do cidadão na Bahia.

Este é o meu pronunciamento. Aqui fica a minha solidariedade à Associação Baiana dos Oftalmologistas, entidade que já levanta a bandeira contra esses maus profissionais, para preservar a saúde ocular de todos os baianos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Concedo a palavra ao nobre Líder do PR para falar ou indicar o orador pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Pedro Alcântara:- Sr. Presidente, eu usarei todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra, por todo o tempo, o nobre e grande deputado Pedro Alcântara.

**O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:-** Sr. Presidente, Srs. Deputados, embora ainda acometido desta gripe, meu caro Líder da Maioria e competente deputado Waldenor Pereira, nós temos o dever de estar aqui. E até sugiro, por meio de vossa liderança, às Secretarias de Saúde do Estado e do Município, que se faça no próximo ano, 30 dias antes do carnaval, uma vacinação em massa contra a gripe, porque os turistas vão embora e a gripe fica. Então, é importante esta vacinação em massa contra a gripe antes do carnaval de Salvador. Esta seria uma medida que diminuiria muito a morbidade da nossa cidade.

Meu caro Líder do Governo, imprensa, senhores que nos honram com sua presença, caros colegas deputados e deputadas, Preocupo-me muito com a questão da segurança em nosso Estado e em nosso País. Está aqui a matéria de capa da revista *Veja* desta semana, o papel de um dos próceres da Polícia Federal com desvio de função, investigando em plano B a vida de senadores, ministros, governadores, presidente do Supremo e até a vida amorosa da ministra Dilma.

Vimos no carnaval o choque frontal e físico entre a Polícia Militar e a Polícia Civil. Há a questão de Teixeira de Freitas. E há recentemente a questão de nossa gloriosa Polícia Militar, da qual eu tenho várias comendas. Eu me sinto muito amigo da Polícia Militar e um admirador do seu trabalho em nosso Estado.

E, por último, para aumentar a nossa preocupação, vem um colega nosso, deputado que é da polícia, e coloca a sua opinião a respeito da Segurança Pública em nosso Estado. O comandante maior da polícia é S .Ex<sup>a</sup> o Sr. Governador. Então, é como se diz no futebol, há momentos de decisão em que o pênalti tem que ser batido pelo presidente do time, de tão importante que é.

Acho que neste momento cabe ao governador do Estado chamar para si a responsabilidade da segurança pública do nosso Estado. É importante, haja vista que nós vimos aqui a opinião de um deputado capitão da polícia, que disse, de viva voz, que a segurança do nosso Estado acabou. E disse, além do mais, o que não chegou ao conhecimento da sociedade, que naquele confronto entre o delegado regional de Juazeiro, e que está bem avaliado em Juazeiro, justiça seja feita, pelo seu trabalho... Mas, infelizmente, houve um confronto entre a Polícia Civil e Polícia Militar, tapas em pleno Carnaval, e que houve uma reunião secreta de coronéis da polícia para tomar decisão imediata, talvez até desmilitarizar o Carnaval, deixar de dar assistência a milhões de foliões, não só baianos, mas do mundo inteiro aqui no nosso Estado.

É importante discutirmos hoje questão de formação de comissões, mas acho que temos um problema maior a discutir nesta Casa, que são essas coisas, deputado Heraldo Rocha, mas com a serenidade de quem quer o bem do nosso Estado, não espírito escorpiônico de oposição, ou aquele que tem, por dever de ofício, de elogiar o governo. Mas o papel desta Casa é muito importante neste momento da vida do nosso País e do nosso Estado.

Eu vi o nosso colega Sérgio Passos trazer uma questão da saúde de uma importância fundamental. Mas, deputado Heraldo Rocha, nós somos médicos, eu fiquei em casa esses dias por causa da gripe, e assisti a muitos programas populares na televisão, e o que está se receitando de medicamentos através da televisão, eu nunca vi coisa igual. Todo tipo de medicamento hoje se prescreve através da televisão, e no fim há a observação: “Se persistirem os sintomas, procure um médico”. O médico hoje é a segunda opção. Está se desmoralizando a medicina, além do mau atendimento generalizado, porque se o cidadão não pagar, e pagar caro, a saúde, pouco acesso tem à saúde. O Estado está fugindo à responsabilidade. Ainda há essa questão de o charlatanismo estar tomando conta.

Então, há a necessidade de, quando se instalar a Comissão de Saúde nesta casa, nós procurarmos discutir essa questão com a amplitude e com a serenidade do papel

do Parlamento.

Acho que, apesar das dificuldades do governo, esta Casa nunca teve um papel importante, e nós, deputado Herald, que estamos aqui há mais tempo, sabemos disso. Esta Casa está no momento de se valorizar, esta Casa está no momento de contribuir com a sociedade, esta Casa tem uma oportunidade ímpar, e não é questão maior ou menor, sobre a quem cabe essa ou aquela comissão. O importante é que cada partido tenha a responsabilidade de indicar para as comissões pessoas que tenham afinidades com aquela comissão, e para as presidências, a capacidade de presidir.

Eu acho que a imprensa pode até contestar, mas o resultado desta Casa está sendo discutido, os debates nesta Casa estão sendo ampliados, ela nunca teve um papel tão importante como está tendo agora. E digo, da experiência de vinte e tantos anos aqui nesta Casa: houve um momento em que nos sentimos mais do que inúteis, era aplaudir ou calar, ou gritar. Mas hoje, sim, se discute, deputado. Eu parabeno V.Ex<sup>a</sup> pela conduta. Eu vi há pouco V.Ex<sup>a</sup> preocupado com a denúncia de um deputado que houve aqui, e V.Ex<sup>a</sup> até chamá-lo para tomar informações sobre o que está acontecendo. Isso é que é importante, cada um ter consciência, e ninguém pode negar, V.Ex<sup>a</sup> defende o Governo, mas V.Ex<sup>a</sup> é um deputado consciente do papel do seu trabalho, ainda é respeitado por todos nós que estamos aqui nesta Casa. É uma surpresa boa, por isso a maioria o reconduziu, por mérito, à Liderança desse partido aqui nesta Casa. Não aceito que deputados venham desfigurar o acordo, o entendimento que houve naquele momento. Hoje a política é dinâmica, não se pode mais discutir nesta Casa Maioria e Minoria, colocando à revelia um partido como o PR, que é Bancada nesta Casa, que tem quadros competentes, que tem uma Liderança que vai estar aqui presente todos os dias, como estava o deputado Elmar Nascimento, deputado competente, às vezes discordamos, e vamos discutir no centro da nossa Bancada. Nós fizemos um entendimento entre nossa Bancada, honrei todos os acordos como Líder, comuniquei a V.Ex<sup>a</sup> a composição das comissões que estamos indicando. Mas no momento em que foi para fortalecer a Bancada do PR, não abrimos mão da nossa capacidade de Liderança, e que todos nós estejamos juntos.

Se é um espaço importante para o partido nesta Casa, que é a Comissão de Direitos Humanos e Segurança, é importante que a Bancada do PR esteja reivindicando para si essa comissão, porque ela é de um papel preponderante e fundamental nesse momento crucial que a segurança pública está passando. Não é na Bahia, não, é no Brasil inteiro. Não podemos aqui particularizar e dizer que o responsável é o governador Jaques Wagner ou o secretário da Segurança Pública, ou o prefeito de Salvador, na questão de Salvador.

Só para concluir, com sua tolerância, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Pois não, deputado.

**O Sr. PEDRO ALCÂNTARA:-** Para dizer que temos temas importantes.

Espero que nesta semana instalemos as comissões desta Casa para dar sequência ao trabalho importante que esta Casa tem desenvolvido, deputado Luiz de Deus, neste momento histórico da política do Brasil e da Bahia. Apesar de que a

configuração da política baiana, as alianças, não nos interessa, porque, para mim, está igual a uma roleta russa: ninguém sabe o que vai acontecer.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PTdoB/PSL/PTB para falar ou indicar orador, pelo tempo de 8 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, falarei pelos 8 minutos.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Pela ordem o deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, rapidamente, apenas porque fui citado pelo deputado Pedro Alcântara, para dizer que nunca deixei de defender os interesses do meu partido e do meu Bloco. Eu era contra o acordo e fui voto vencido. Consultei os parlamentares do meu Bloco, deputados Ivo, Ângelo Coronel, Gilberto Brito, e a maioria foi a favor do acordo feito em dezembro passado. Eu, como Líder, tinha a obrigação de cumprir o que a maioria decidiu. Agora, eu, pessoalmente, votei contra. Infelizmente, a maioria decidiu fazer o acordo.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o nobre deputado Waldenor Pereira, pelo tempo de 8 minutos.

**O Sr. WALDENOR PEREIRA:-** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr<sup>as</sup> Deputadas, o governo Jaques Wagner, na semana passada, por meio de uma investigação competente, reconhecida por todos, conseguiu desbaratar uma quadrilha que estava desviando e malversando recursos públicos. Nós nos posicionamos imediatamente, lamentando o episódio, porque envolve coronéis, comandantes da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, que serviram aos governos anteriores, especialmente o último governo de Paulo Souto, e também ao governo Jaques Wagner.

Compreendemos a intenção dos nobres parlamentares, inclusive um dos parlamentares da própria Base do governo, ao tentar distorcer essa questão em particular, tendo em vista que o mérito principal dessa temática em vez de ser exaltado, destacado está sendo apresentado de forma secundária. Há uma secundarização da questão com a clara intenção, em nossa opinião – respeitosamente, coloco isso do ponto de vista político – de distorcer o âmago da questão que foi o governo Jaques Wagner ter desbaratado, com provas inequívocas, com filmagem, o flagrante comportamento inadequado de coronéis, de ex-comandantes da Polícia Militar do Estado da Bahia.

Na esteira da discussão sobre a segurança pública, que tem sido alvo de tantos debates, de tantas avaliações nesta Casa Legislativa, neste momento, especialmente, caberia aos parlamentares de diferentes partidos, de forma suprapartidária, reconhecer o êxito da operação da Secretaria da Segurança Pública que desbaratou essa quadrilha que atentava contra o interesse público, malversando e desviando recursos do Tesouro

do Estado da Bahia, com práticas ilícitas devidamente comprovadas na operação desenvolvida pela Secretaria da Segurança Pública. E olhem que a gestão Jaques Wagner vem desenvolvendo uma série de esforços e iniciativas, todas elas progressivamente melhorando a segurança pública da nossa Bahia.

Ontem, por exemplo, o governo realizou concurso público que contou com a participação de quase 80.000 candidatos para contratação de mais 3.200 policiais militares, além dos outros 3.200 já contratados do concurso feito pelo governo anterior. Só que eles não tinham sido admitidos até aquela oportunidade.

A administração Jaques Wagner já realizou outros investimentos importantes, inclusive relativos à própria operação que concluiu pela improbidade administrativa desses coronéis e ex-comandantes.

Ora, em vez de os colegas parlamentares destacarem o êxito duma operação que sem dúvida nenhuma naturalmente interessa ao serviço público, à moralidade, à gestão pública, eles infelizmente distorcem a questão, incentivando até o acirramento da tensão antiga lamentavelmente já existente entre as Polícias Militar e Civil.

No seu governo o governador Jaques Wagner, de forma contundente, implacável e séria, vem tratando dessa questão com a devida atenção e minúcia, o devido cuidado. S.Exa. em especial tem priorizado a temática da segurança pública, entendendo representar ela sem sombra de dúvida o maior desafio do seu governo.

Portanto, na condição de Líder da Maioria, quero desta tribuna rechaçar e mesmo condenar, de fato, o comportamento de um membro da nossa Bancada que há pouco subiu aqui anunciando em alto e bom som que a segurança pública do nosso Estado acabou.

O governo estadual tem tomado muitas iniciativas que envolvem contratação de pessoal, melhoramento técnico das Polícias Civil e Militar, aquisição de viaturas, investimentos na recuperação de delegacias, instalação de outras especializadas, ampliação do contingente de policiais civis e militares, contratação e aumento do número de delegados, recuperação dos quadros de pessoal e dos planos de carreiras dessas duas corporações, etc. Então não seria justo que num dia como hoje, ou numa semana como esta que estamos iniciando, na qual o governo de maneira exitosa consegue desbaratar essa quadrilha, tal temática fosse utilizada para acirrar os ânimos e a tensão entre as duas instituições.

Vou pedir desculpas ao deputado Luiz de Deus porque só há um pequeno tempo restante e lamentavelmente não vou poder conceder-lhe um aparte.

No entanto não poderia deixar de destacar - talvez volte a tratar desta matéria mais adiante - que da nossa parte, da Liderança do governo há um reconhecimento ao êxito dessa operação da Secretaria da Segurança Pública. Nós gostaríamos de parabenizar o secretário César Nunes e o comandante da PM, Nilton Mascarenhas, pelo êxito no seu desenrolar, que acabou culminando num episódio lamentável para a Polícia Militar, mas que de modo inequívoco, através de flagrante, comprovou o comportamento inaceitável,...

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para concluir, Sr. Deputado.

**O Sr. WALDENOR PEREIRA:-** (...) um ato de improbidade administrativa

de ex-comandantes da Polícia Militar no nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela atenção.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Concedo a palavra ao nobre Líder do governo e da Maioria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PP/PMN/PRTB, para falar ou indicar o orador pelo tempo de até 9 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o Líder do PMDB, para falar ou indicar o orador pelo tempo de até 9 minutos.

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, falará pelo tempo do PMDB a nobre deputada Ângela Sousa.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Por todo o tempo, Sr. Deputado?

O Sr. Waldenor Pereira:- Por todo o tempo, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra a nobre deputada Ângela Sousa, líder maior do Sul da Bahia, para falar pelo tempo de até 9 minutos.

**A Sr<sup>a</sup> ÂNGELA SOUSA:-** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr<sup>as</sup> Deputadas, *TV Assembleia*, gostaria de falar, hoje, sobre a necessidade do ensino médio na cidade de Ilhéus. Estamos há bastante tempo brigando, pedindo, reivindicando, não só em relação a alguns distritos de Ilhéus como também a um bairro bastante grande. Reivindicamos isso ao secretário da Educação, ao nosso governador, pois sabemos que ele dá prioridade à educação, e à saúde e Ilhéus está precisando, é um município bastante grande, possui mais de 250.000 habitantes. O Bairro Nossa Senhora da Vitória, para o qual peço o ensino médio, tem uma população de mais de 20.000 habitantes e é muito carente. A nova escola de ensino médio irá atender não só a esse bairro como também aos Bairros Ilhéus II e Nova Ilhéus e aos distritos de Santo Antônio e do Couto.

É bastante importante que este pedido seja atendido, porque nós sabemos da necessidade dos alunos, que caminham cerca de 20 minutos para chegar a uma escola de ensino médio localizada no Bairro do Pontal. Isso é inadmissível, não é possível que continuemos com essa dificuldade.

Por isso, estou, neste momento, reivindicando isso ao secretário da Educação e ao nosso governador, pela importância dessa escola de ensino médio. O Prefeito de Ilhéus, Nilton Lima, disponibilizou uma área para que possamos construir a escola no Nossa Senhora da Vitória e o que nós queremos é que essa obra aconteça urgentemente, para que a situação possa ser resolvida.

A outra necessidade é que eu gostaria, mais uma vez, de reivindicar, pedir e saber o que está acontecendo em relação ao Aeroporto de Ilhéus. O governo do Estado já passou para nossa base, inclusive a nossa secretária Eva já nos comunicou, que houve a liberação do nosso Aeroporto de Ilhéus. Continuamos lutando para que isso efetivamente aconteça e gostaria de pedir apoio também dos deputados que têm suas bases na região Sul do Estado para que possamos resolver o mais rápido possível

a situação, meu querido presidente Waldenor.

Precisamos, meu Líder, que a situação seja resolvida. Não podemos ficar sem respostas, com a ANAC emperrando a situação e dizendo que tudo está liberado. A ANAC nos responde isso e, quando chegamos lá, vemos uma situação...

Hoje, eu vim de Ilhéus no voo da TAM das 12h32min e a informação que eu obtive é que talvez fechem as portas e não resolvam isso. Nós não aceitamos mais perder e queremos uma resposta. Não entendemos qual a marcação que está havendo com o município de Ilhéus, com a região de Ilhéus. Isso tem me deixado extremamente aflita, porque queremos respostas, o nosso povo precisa. É o nosso comércio, é a área de informática, as indústrias, a saúde também, porque muitos pegam o voo e vem os seus pacientes para Salvador. Então, isso tem me deixado extremamente triste, porque queremos resposta, queremos solução o mais rápido possível. Não é para amanhã, é para ontem que precisamos dessa resposta.

Aquele aeroporto, na realidade, nós sabemos que vamos ter, é promessa, é acordo, está certo, nós vamos ter um novo aeroporto internacional, vamos ter porto, vamos ter ferrovia. Que maravilha! Parabéns, governador; parabéns, presidente, porque isso é uma ação justa para a nossa região, é levantar a bandeira de Ilhéus, cidade que deu uma votação expressiva ao nosso governador e ao nosso presidente. E continuamos lá como a voz do governo do Estado, pedindo, reivindicando e mostrando o que tem sido feito.

Agora, este momento é de ação rápida, porque já está muito difícil esta situação. O novo aeroporto virá. Que bom! Mas são 3 a 4 anos ainda. Então, esse que nunca teve problema precisa estar com toda a sua força, com todo o seu gás atuando, as empresas lá agindo para que a gente possa responder o que é necessário àquela região.

Gostaria de deixar aqui a minha aflição, o meu pedido, a confiança que tenho no governo do Estado e no governo federal para que seja solucionado o mais rápido possível essa situação. Quero agradecer, aqui é a oportunidade. Muito obrigada, Sr. Presidente e Deus abençoe.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Convido o nobre deputado Isaac Cunha para que possa substituir o deputado Edson Pimenta.

Com a palavra o nobre Líder da Minoria ou do Democratas para falar ou indicar o orador pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, eu falarei por 4 minutos e V.Ex<sup>a</sup> pelos 5 minutos restantes.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o deputado Heraldo Rocha pelo tempo de 4 minutos.

**O Sr. HERALDO ROCHA:-** Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, antes de entrar no assunto que vou tratar neste meu pronunciamento, quero dizer ao nobre deputado Waldenor Pereira, Líder do Governo, que respeito muito, que as declarações que nós tivemos aqui a respeito do problema de segurança pública, foram declarações

de um deputado da base do governo.

Acho que nos 18 anos que tenho nesta Casa nunca presenciei um discurso de um deputado, mesmo que não fosse da base aliada. Eu diria a V.Ex<sup>a</sup>, eu como Líder da Minoria, não faria um discurso com aquele perfil, porque isso demanda uma crise muito grave entre as Polícias Militar e Civil. Mas esse é um problema para o governador e V.Ex<sup>a</sup> resolverem.

Mas eu queria ainda enfatizar que a situação da dengue na Bahia assume proporções de epidemia. Surpreendeu-me o Exm<sup>o</sup> Sr. Secretário, na sexta-feira, e hoje o Diário Oficial traz matéria de primeira página, realizar uma videoconferência a respeito do assunto. Outro dia assistia, com todo cuidado, a sua entrevista, deputado Luiz de Deus, na rádio Metrópole. Parecia que estava dando uma aula. Ele é professor lá na faculdade, mas o que está precisando é o governo agir, é o governador assumir o comando, porque nós estamos tendo vidas sendo ceifadas. Foram 11 até ontem.

Eu peguei o boletim epidemiológico de hoje, em 2009, até a primeira semana de fevereiro foram notificados, deputado Luiz de Deus, 6.567 casos de dengue, correspondendo a um aumento de 153% em relação ao mesmo período de 2008, quando aconteceram 2.587 casos. Em 2009, no mesmo período, repito, foram 6.567!

Dengue hemorrágica e síndrome de choque da dengue foram 184 casos. A coisa é grave! O secretário precisa assumir o comando. Ah, mas isso é um problema dos municípios, da sociedade civil. Claro, é um problema de todos nós. Tenho dado entrevistas às rádios, aos jornais e às revistas e tenho afirmado isso. Mas este quadro foi uma tragédia anunciada pelo ministro Temporão quando ele aqui esteve no ano passado. O ministro da Saúde do governo do presidente Lula disse, no ano passado, quando aqui esteve, que a Bahia teria uma epidemia de dengue em 2009 se providências não fossem tomadas.

Na cidade de V.Ex<sup>a</sup>, deputado Isaac, no bairro Romão, há uma epidemia de dengue. A situação é gravíssima! Temos de montar uma operação de guerra envolvendo todos os segmentos da sociedade civil, as Polícias Militar e Civil, o Exército, a Marinha e a Aeronáutica, o Corpo de Bombeiros, os sindicatos...

O Sr. PRESIDENTE (Edson Pimenta):- Para concluir, nobre colega.

**O Sr. HERALDO ROCHA:-** Já vou concluir.

(...) as associações, os clubes de serviço – Lions, Rotary e Maçonaria –, as igrejas, enfim, toda a sociedade. Mas o comando é do Exm<sup>o</sup> Sr. Governador, que precisa descer do palanque.

Se já não bastasse, para concluir, Sr. Presidente, a grave crise na Segurança Pública, que vem sendo denunciada por nós há 2 anos – e ouvimos hoje as declarações do deputado Capitão Tadeu, homem da Segurança Pública, que disse que a Bahia não tem segurança pública –, se não bastasse isso, estamos em crise também na saúde.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Edson Pimenta):- Com a palavra o deputado Rogério Andrade pelo tempo de 5 minutos.

**O Sr. ROGÉRIO ANDRADE:-** Sr. Presidente, deputado Edson Pimenta, eu não poderia deixar de vir a esta tribuna nesta tarde, haja vista a situação degradante em que se encontra um dos municípios que represento, Itatim.

Talvez o meu pronunciamento desta tarde seja até inócuo, na medida em que o orador que me antecedeu, o deputado Capitão Tadeu, resumiu a situação da segurança pública no nosso Estado, quando disse aqui, em alto e bom som, que não existe segurança pública na Bahia.

Mas eu não poderia deixar de citar a situação de Itatim. Hoje, ao abrir o jornal *A Tarde*, deparei-me com a seguinte matéria: *Delegados atuam em duas ou mais cidades*. Veja, nobre Líder Waldenor, na cidade de Itatim, especificamente, não tem cadeia pública. E aqui esse jornal traz estampadas as grades da cadeia pública encostadas num muro, em Itatim. E vejo o delegado-chefe, embora não acredite que sejam palavras dele, dizer, segundo o jornal, o seguinte: “as celas que não prendem”. Ou mesmo, a falta de celas é um item que não preocupa o delegado-chefe.

Primeiro, que delegacia não é lugar de cela. Concordo plenamente com o delegado-chefe quando diz que delegacia não é lugar para custodiar presos. Mas em uma cidade não pode deixar de existir um complexo policial. Em Itatim, nobre Líder, não existe cadeia, não existe viatura da Polícia Civil. Se o delegado efetuar uma prisão, não há cela para pôr o custodiado nem viatura para transportar o detido. Em Itatim também não existe combustível para as viaturas. O delegado diz, nobre deputado Isaac, que há seis anos, o valor repassado para as delegacias, na Bahia, está congelado em R\$ 300,00, nobre líder, por mês, para abastecer as viaturas das delegacias do interior.

Nas cadeias da região não existe espaço para mais nenhum preso, todas estão superlotadas. E, por fim, também não há alimentação. Se os prefeitos, nobre deputado Sandro, não derem alimentação, os presos morrem de fome, porque o Estado não cumpre o seu papel de repassar os recursos para que o município possa propiciar alimentação aos presos.

O Sr. Bernedino Filho, responsável pelo Depin, nobre deputado Gildásio, traz a notícia de que 1/3 do complexo policial baiano encontra-se sem delegado. É a maior crise na segurança pública na história da Bahia. Nunca, nunca o nosso Estado esteve tão entregue à criminalidade como no atual momento, nobre líder, deputado Waldenor, nunca, em nenhum outro momento! A situação, resumiu bem aqui, alto e bom som, o deputado Capitão Tadeu, é de descontrole generalizado, a sensação é de insegurança generalizada. É a maior crise vista no Estado no que se refere à segurança pública.

Peço-lhe, nobre Líder, que passe para o governador Jaques Wagner, pelo amor de Deus, a situação em que se encontra o nosso Estado.

E, por fim, gostaria de deixar registrada a minha solidariedade aos meus contemporâneos, aos meus amigos, aos meus conterrâneos do Recôncavo Sul.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Edson Pimenta):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Maioria e do governo para falar, ou indicar o orador, pelo tempo de 9 minutos.

O Sr. PRESIDENTE( Edson Pimenta):- Com a palavra o deputado Waldenor Pereira, pelo tempo de 9 minutos.

**O Sr. WALDENOR PEREIRA:-** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr<sup>as</sup> Deputadas , quero, inicialmente, fazer uma saudação a dois companheiros e amigos que se encontram, hoje, em visita à Assembleia Legislativa da Bahia: o companheiro Almir Pereira, ex-presidente do Partido dos Trabalhadores de Vitória da Conquista e um grande líder político da região Sudoeste do Estado, e o meu companheiro, amigo, ex-colega do antigo Sudic Ulisses Caldas.

Mas, Sr. Presidente não poderia deixar de destacar, neste final de sessão, a visita ao nosso Estado, na semana passada, da nossa ministra-chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff, que esteve presente a Salvador e Feira de Santana anunciando importantes investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento.

Em Salvador, é importante destacar que a ministra Dilma Rousseff anunciou investimentos da ordem de R\$ 380 milhões! – para a construção da Via Expressa Portuária. Essa obra permitirá um novo ordenamento urbano na cidade de Salvador. Ela permitirá a interligação da BR-324 ao Porto de Salvador, ampliando o porto da capacidade atual de 250 mil contêineres por ano para 3 milhões de contêineres por ano. Essa obra, que contará com investimentos de 340 milhões do PAC, e 40 milhões, em contrapartida, do Governo do Estado, gerará, na sua execução, 13 mil empregos diretos e indiretos.

É importante destacar, Sr<sup>as</sup> e Srs. Deputados, que a Via Expressa será a maior obra viária construída em Salvador nos últimos 30 anos. É também indispensável destacar que o projeto, além de fazer a interligação Salvador-BR 324 para permitir a ampliação da movimentação do Porto de Salvador, o projeto visa também solucionar conflitos de tráfego no trecho da Rótula do Abacaxi, Ladeira do Cabula, Largo dos Dois Leões e Baixa de Quintas, e também proporcionar uma sensível redução do tráfego de carretas nas Avenidas San Martin e Bonocô.

Portanto, a visita da ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff a Salvador e Feira de Santana na última semana, sem dúvida nenhuma, representou um momento especial para o nosso Estado na medida em que foram anunciados importantes investimentos que vão, sem dúvida nenhuma, construir e representar vetores estruturantes fundamentais para o desenvolvimento do nosso Estado, sem contar o volume de investimentos que representa essa Via Expressa Portuária, um montante de 380 milhões de reais. Para se ter uma idéia da dimensão da obra, serão construídos 4,3 quilômetros, ao longo dos quais haverá três túneis, quatro passarelas interligando bairros situados na área de influência, 14 elevados, uma ciclovia com três metros de largura, 35,5 mil metros quadrados de passeio e uma pista de rolamento com dez faixas de trânsito – quatro para veículos de carga, quatro para veículos leves e duas

para ônibus.

É com satisfação que nós anunciamos esses investimentos do governo federal, especialmente os do PAC, saudamos a visita da ministra-chefe da Casa Civil à nossa capital, e também ao interior, anunciando importantes investimentos para o Estado da Bahia.

Queria, em segundo lugar, Sr. Presidente, rapidamente, aceitando o bom desafio no debate acerca da dengue, aqui destacado pelo deputado Heraldo Rocha, Líder da Minoria, para dizer que, de fato, ele tem razão em afirmar que o combate à dengue não se resume a uma ação apenas do governo do Estado. Aliás, um dos municípios, hoje, com o maior número de casos registrados da dengue – o município de Itabuna – é administrado há muitos anos pelo partido do deputado Heraldo Rocha. É um dos municípios com maior incidência de dengue, hoje, no Estado da Bahia. Outros municípios, como o próprio município de Jequié, do nobre colega Isacc Cunha, do nosso partido, infelizmente acabou sofrendo com essa grande incidência, a incidência de dengue, devido ao comportamento da gestão administrativa lamentável, da gestão municipal daquele importante município do Sudoeste da Bahia.

O governo do Estado tem realizado importantes iniciativas, destinado um volume considerável de recursos para o combate da dengue no Estado, todavia, infelizmente, é verdade, categoricamente é verdade, sim, que a responsabilidade dos municípios acaba influenciando, sobremaneira, no combate e na incidência da dengue em nosso Estado. O governo Jaques Wagner, o secretário Jorge Solla, já estão ultimando uma série de medidas que envolvem desde o processo educativo à medidas de combate concretas, inclusive, até com o apoio das polícias Civil e Militar, do Poder Judiciário, do Ministério Público que está inclusive, muitas vezes, autorizando o arrobamento de portões e portas de acesso a locais mais insalubres na perspectiva do combate do mosquito da dengue em nosso Estado.

Portanto não poderíamos deixar de destacar as iniciativas do nosso governo, chamando a atenção para a responsabilidade da sociedade de uma forma geral, mas também dos prefeitos de diferentes municípios do nosso Estado que, infelizmente, não estão tendo comportamento igual àquele assumido pela Secretaria da Saúde.

Para concluir o tempo que me resta, gostaria de me dirigir ao deputado Rogério Andrade e parabenizá-lo, inclusive, pela condução da sessão, no dia de hoje, na condição de vice-presidente desta Casa, e dizer que de fato essa questão de segurança pública haverá de ser a temática de muitos e muitos debates aqui nesta Casa Legislativa. Hoje, é um problema de âmbito nacional e é o maior desafio de todos os Estados brasileiros, que tem uma relação direta com as condições sociais das populações envolvidas. Infelizmente, no Estado da Bahia, essa temática tem sido alvo de grande destaque na mídia que acaba superdimensionando os problemas relativos a essa questão.

Eu gostaria, para concluir, deputado Rogério Andrade, de dizer que nós temos um número significativo de delegados no Estado da Bahia. Infelizmente há uma concentração muito grande na capital de quase 50% gerando, portanto, essa descentralização do número de delegados pelo interior do nosso Estado.

Voltaremos a debater a questão, porque V.Exª há de reconhecer a não necessidade de um delegado por cada município, aliás, há muitos municípios que acabam registrando pouquíssimas ocorrências mensalmente, o que inviabilizaria a possibilidade da manutenção permanente de um delegado em cada município do Estado da Bahia. O nosso governo está atento a essas questões e haverá de, oportunamente, ampliar o número de delegados em nosso Estado.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Waldenor Pereira:- Sr. Presidente, tendo em vista o encerramento da sessão, gostaria de solicitar de V.Exª uma verificação de quorum para a continuidade da mesma, tendo em vista que, na condição de membro do Partido dos Trabalhadores, sou o último orador inscrito para esta sessão ordinária.

O Sr. PRESIDENTE (Edson Pimenta):- Quero informar a V.Exª que encerrou-se o Horário da Liderança Partidária. Não havendo nenhuma matéria constante da Ordem do Dia e não havendo numero suficiente de deputados em plenário, declaro encerrada a presente sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*